

REVISTA A ARMADA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MARINHA · Nº 477 · ANO XLIII

AGOSTO 2013 · MENSAL · € 1,50



FUZILEIROS 400 ANOS DE HISTÓRIA



REVISTA ARMADA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MARINHA · Nº 477 · ANO XLIII

AGOSTO 2013 · MENSAL · € 1,50



FUZILEIROS 400 ANOS DE HISTÓRIA



HOSPITAL DA MARINHA

MEMÓRIA



O Hospital da Marinha, que foi uma referência viva de todos os marinheiros, já não existe.

Foram 216 anos de bons serviços prestados à Marinha, ao País, na sua dimensão pluricontinental, e à Medicina Portuguesa, pelo seu pioneirismo e contributo em vários domínios e prestígio dos seus profissionais.

No final, parafraseando o Padre António Vieira, o Hospital da Marinha fez o que devia e a Pátria o que é costume: esqueceu-se de lhe agradecer! Faz agora parte da História.



Publicação Oficial da Marinha

Periodicidade mensal
Nº 477 • Ano XLIII
Agosto 2013

Diretor

CALM EMQ
Luís Augusto Roque Martins

Chefe de Redação

CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redação

1TEN TSN - COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação

SCH L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Colaboradores Permanentes

CFR Jorge Manuel Patrício Gorjão
CFR FZ Luís Jorge R. Semedo de Matos
CFR SEG Abel Ivo de Melo e Sousa
1TEN Dr. Rui M. Ramalho Ortigão Neves

Administração, Redação e Publicidade

Revista da Armada
Edifício das Instalações
Centrais da Marinha
Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa - Portugal
Telef: 21 321 76 50
Fax: 21 347 36 24

Endereço da Marinha na Internet

<http://www.marinha.pt>

e-mail da Revista da Armada

revista.armada@marinha.pt
revistaarmada.secretaria@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção

Smash Creative

Tiragem média mensal:

4500 exemplares

Preço de venda avulso: € 1,50

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343



ANUNCIANTES:
ROHDE & SCHWARZ, Lda.



4

Comemorações
do 10 de Junho



14

Sagres na "Armada de Rouen"



22

Homenagem ao actor Ruy de Carvalho
na Escola Naval



26

Evocação do
Hospital da Marinha

HOSPITAL DA MARINHA. MEMÓRIA	2
ENCONTRO NACIONAL DE COMBATENTES	6
FUZILEIROS, 400 ANOS DE HISTÓRIA	8
A ÁLVARES CABRAL NA OPERAÇÃO ATALANTA	10
MARINHA CONQUISTA PRÉMIO DE MELHOR GESTÃO DE RISCO	12
ARPÃO PARTICIPA NO SPONTEX 2013	13
A REESTRUTURAÇÃO DA DIREÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL	16
ECOS DO DIA DA MARINHA	19
S. ROQUE RESTAURADO	24
XXXIIª PEREGRINAÇÃO MILITAR A FÁTIMA / VIGIA DA HISTÓRIA 57	29
SAÚDE PARA TODOS 6	30
NOVAS HISTÓRIAS DA BOTICA (26) / ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS	31
QUARTO DE FOLGA / CONVÍVIOS	33
NOTÍCIAS PESSOAIS / CONVÍVIOS	34
100 ANOS SUBMARINOS EM PORTUGAL	CONTRACAPA

COMEMORAÇÕES DO 10 DE JUNHO

O Presidente da República presidiu a 10 de Junho, em Elvas, à Cerimónia Militar comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, na qual participaram representações dos três Ramos das Forças Armadas, com cerca de 1500 militares. Na parada militar, formaram cerca de 900 militares, a 10 batalhões (2 deles de forças especiais), comandados pelo CALM Luís Miguel de Matos Cortes Picciochi, atual Comandante do Corpo de Fuzileiros.

Em actividades complementares e no apoio geral à cerimónia estiveram cerca de 600 militares.

Na cerimónia, o Presidente da República Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva proferiu o seguinte discurso:

Comemoramos hoje o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Comemorar é revisitar o passado, o legado da cultura e da história, de referências e de valores que moldaram a nossa identidade. Porque esta Pátria em que nos revemos foi e sempre será determinada pelo querer e pela vontade dos portugueses. É este o sentido que devemos dar a estas Comemorações.

Fazemo-lo em Elvas, Cidade-Quartel, cidade de longa presença e tradições militares, palco de batalhas, e onde se escreveram das mais belas páginas da nossa história. Aqui se travou uma das decisivas Batalhas da Restauração, nas Linhas de Elvas, onde, movidas pelo querer e coragem, as tropas portuguesas e a população obtiveram uma vitória de enorme importância política, militar e simbólica.

Envolvida pelo imponente Aquecido da Amoreira, sob o testemunho das suas muralhas intemporais e o olhar distante do Forte da Graça, uma das joias da arquitetura militar, a grandiosidade de Elvas materializa-se no seu vasto património de fortificações, simbiose perfeita entre o saber e o querer, o conhecimento da arte da guerra, a que se juntou a determinação e a ambição de um Povo.

É este o legado que deve ser exaltado, competindo a todos nós estar à altura desta herança, confiantes e seguros de que a alma e o sentir português se mantêm vivos e merecedores do seu passado.

Portugueses,

Uma vez mais contamos com a presença, nesta Cerimónia, dos Antigos Combatentes que, como tem acontecido nos últimos anos, ocuparão lugar de relevo no Desfile Militar. Destaco o extraordinário espírito de solidariedade que os Combatentes tão bem conhecem e que hoje, em Portugal, como



tantos exemplos ilustram, se estende por toda a sociedade civil, no seio das famílias, nas instituições de apoio social e nas iniciativas que surgem a nível local para minorar as dificuldades dos que são mais atingidos pela crise que o País atravessa.

A Nação deve saber honrar aqueles que tudo deram por ela, prestando-lhes a devida homenagem e não esquecendo o apoio que lhes é devido.



Militares,

A situação de crise e de exiguidade de recursos que vivemos exige reformas, exige sacrifícios, exige a compreensão do que está em jogo, exige um arreigado patriotismo e um notável espírito de missão. Nenhuma instituição deve permanecer intocada. Mas nenhu-

ma instituição deve ser descaracterizada na sua essência. Mais, ainda, quando se trata de pilares fundamentais do Estado, expressão de valores e de princípios que não se alienam.

Quero realçar, desde já, o comportamento exemplar das Forças Armadas.

As Forças Armadas compreendem e participam no esforço que a todos é pedido.

Colaborando e procedendo a estudos no sentido de se encontrarem as soluções que melhor se harmonizem com os objetivos propostos. Prosseguindo uma reestruturação que prevê acomodar uma redução significativa de efetivos e que é bem reveladora do espírito e da atitude de cooperação demonstrados neste processo.

As Forças Armadas têm sido um referencial de estabilidade, coesão e disciplina, cumprindo as suas tarefas com grande competência, dedicação e profissionalismo.

As reformas devem ser cuidadosamente preparadas e cal-

endarizadas, ser objeto de um consenso alargado entre os órgãos de soberania e envolver um diálogo aprofundado com os Chefes Militares, salvaguardando a razão de ser das Forças Armadas, a sua capacidade de combate, a sua motivação e a sua condição militar.

Aos órgãos de soberania compete definir o enquadramento político e jurídico da Defesa Nacional e das Forças Armadas. Compete-lhes a orientação política, a afetação de re-

curso, o acompanhamento e a supervisão da respetiva ação. É sua a responsabilidade primeira pelo bom funcionamento da Instituição Militar em face dos objetivos definidos e dos superiores interesses da Nação.

Aos militares compete cumprir as determinações e orientações dos agentes políticos. Mas têm também o dever de contribuir, com lealdade e sentido de ajuda, para a formulação das melhores soluções em relação às Forças Armadas.

Os decisores políticos têm, por sua vez, a obrigação de com eles trabalharem para essa finalidade.

Estarão assim criadas as condições para que as reformas não se limitem a um mero exercício de rigor orçamental, antes incorporando um conjunto de princípios funcionais e de valores patrióticos, éticos e institucionais que caracterizam as Forças Armadas e que lhes são próprios.



Haverá, sem dúvida, margem para racionalizar na estrutura superior, nas áreas de comando, na logística e no ensino e no dispositivo territorial, mas sempre salvaguardando a componente operacional e não descaracterizando a Instituição Militar.

Militares,

O processo de reformas em curso nas Forças Armadas vai ainda requerer muito trabalho e especial cuidado, nomeadamente no tratamento das questões do âmbito do pessoal, reconhecidamente o seu principal ativo.

A área da Saúde reveste-se de vincada importância operacional e de especial sensibilidade para a Família Militar, possuindo uma natureza específica que importa contemplar na definição da sua estrutura e organização.

Ainda na área do pessoal, decorre a revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, que, sendo um documento definidor das carreiras, da formação, das funções, das relações hierárquicas e disciplinares, dos direitos e deveres e, no fundo, moldando o futuro da Instituição Militar e dos elementos que a servem, assume importância capital.

O processo de revisão deve ser conduzido com ponderação, sensatez e respeito pelos princípios, regras e valores da Instituição.

Por último, o Ensino é um verdadeiro esteio da estrutura e do funcionamento das Forças Armadas. Vocacionada para o desempenho técnico-profissional e para o Comando de pessoas, muitas vezes em situações de grande exigência e complexidade, a Formação Militar não se limita à componente académica.

Estando inserida de forma plena no sistema universitário nacional, a Formação Militar, é, antes de tudo, uma Escola de Chefes e uma escola de valores castrenses e de cidadania, o que lhe confere um carácter distintivo. Não é por acaso que as Escolas Militares têm Comandantes e não Reitores.

Portugueses,

As Forças Armadas têm cumprido as suas missões dentro e fora do território nacional, sendo de saudar a sua elevada operacional-

idade. Para que esta se mantenha em elevados padrões, é importante garantir as condições para o treino e operação das forças.

No plano interno, para além das missões estritamente militares, as Forças Armadas atuam em apoio às populações e ao desenvolvimento nacional.

Na última década, foram empregues mais de 36 mil militares e percorridos mais de 3 milhões de quilómetros em defesa da floresta e na abertura de estradas, voaram-se mais de 28 mil horas e efetuaram-se 230 mil horas de navegação, envolvendo mais de 70 mil militares, em missões como a busca e salvamento no mar, a vigilância dos espaços marítimos sob jurisdição nacional, as operações de emergência na área da saúde. As capacidades e os recursos das Forças Armadas são postos, no dia-a-dia, ao serviço de Portugal e dos portugueses.

No plano externo, Portugal tem cerca de 700 militares destacados em cinco Teatros de Operações - Afeganistão, Kosovo, Mediterrâneo, Somália e Mali -, continuando também a assumir importantes compromissos, no âmbito da Cooperação Técnico-Militar, com os Países de Língua Oficial Portuguesa.



Destaco o sucesso no combate à pirataria marítima, onde Portugal comanda presentemente a Operação Atalanta no âmbito da União Europeia.

Também no Afeganistão, como parte da "estratégia de saída" da coligação internacional,

as Forças Armadas Portuguesas estão a implementar uma nova configuração do dispositivo, com ênfase na formação dos militares locais, de modo a assegurar uma transferência progressiva das responsabilidades de segurança para os próprios afegãos.

Militares,

A vossa determinação e disponibilidade, o vosso espírito de missão, constituem inquestionável exemplo de cidadania, de profissionalismo e dedicação à Pátria.

Os tempos que vivemos são tempos de riscos, incertezas e desafios. Mas, perante as dificuldades, não podemos perder a coesão e o sentido de comunidade e solidariedade. Não se pode esquecer quem mais precisa, tal como não podemos enveredar por um caminho de negativismo, resignação ou indiferença.

Perante vós, como Comandante Supremo, quero expressar a todos os militares o meu apreço e a minha confiança pela forma responsável como têm interpretado a dimensão e o sentir de ser Soldado de Portugal, manifestando um comportamento e um sentido de dever exemplares. Lembrando a coragem dos que nos antecederam, vamos transformar um tempo de incerteza em tempo de esperança e de mudança, de vontade autêntica em construir um destino comum que, juntos, conseguiremos alcançar: o destino de sermos Portugal.

Após a cerimónia militar, o Presidente da República presidiu à cerimónia civil, proferiu uma intervenção e procedeu à imposição de 41 condecorações a um conjunto de personalidades e instituições. Na altura foi condecorado, com a Grã-Cruz da Ordem de Avis, o VALM João da Cruz de Carvalho Abreu.

Após a Sessão Solene, os convidados participaram num almoço oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. José António Rondão Almeida.

Fotos:

Luís Filipe Catarino - Presidência da República.

XX ENCONTRO NACIONAL DE COMBATENTES

10 DE JUNHO DE 2013

Realizaram-se no passado dia 10 de junho, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, as cerimónias do XX Encontro Nacional de Combatentes.

O Presidente da Comissão Executiva foi este ano o Almirante Melo Gomes, antigo Chefe do Estado-Maior da Armada e a oradora convidada a Dr^a Isabel Jonet, Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome.

Os objetivos da cerimónia foram mais uma vez os de “reunir o maior número de Portugueses de qualquer idade ou

ideologia política para celebrar Portugal e o de prestar homenagem, para que não se esqueçam, os combatentes que morreram pela Pátria”.

O programa constou de uma Missa na Igreja dos Jerónimos, celebrada pelo Bispo Auxiliar de Lisboa, D. Nuno Brás, por intenção de Portugal e de sufrágio pelos que tombaram pela Pátria.

Seguiram-se as cerimónias junto ao Monumento que constaram de discursos do Almirante Melo Gomes e da Dr^a Isabel Jonet que a seguir se transcrevem.

Seguiu-se a deposição de coroas de flores em homenagem aos mortos, foi cantado o Hino Nacional por todos os presentes e ouviram-se tiros de salva disparados pelo NRP *Viana do Castelo*.

Houve ainda a passagem de aviões da Força Aérea e largada de paraquedistas do Exército. Depois, as Associações de Combatentes presentes passaram em frente às lápides com o nome dos mortos na guerra.

As cerimónias terminaram com um almoço-convívio junto ao Forte do Bom Sucesso.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA ALMIRANTE MELO GOMES

Lutar por PortugalSempre

Combater por Portugal é um dever, um desígnio, uma vontade, uma obrigação que todos, os que aqui estamos, cumprimos. Da Índia a Timor, dos rios da Guiné aos grandes espaços de Angola e de Moçambique, podemos dizer, com orgulho, que todos estivemos lá! Por convicção, por Portugal, e porque tinha que ser assim e não de outra maneira; certamente mais cómoda. Estivemos lá, por aquilo em que acreditamos, pela nossa consciência e pelos nossos valores.

Hoje, o combate é aqui, doutra maneira, com outras armas, mas com os mesmos princípios e valores!

Responderemos ao imperativo de sermos portugueses e donos do nosso destino. Responderemos a esse chamamento e a esse imperativo, como portugueses que se orgulham de o ser. Aqueles que não se vergam ao fácil, não se contentam em seguir os outros, negam os caminhos ditos inevitáveis, e se interrogam, no presente, sobre qual é o futuro deste Portugal, deste povo que sempre honraram na paz e na guerra, na bonança e na tempestade.

Estamos aqui, agora e sempre, porque acreditamos nos valores de quem cumprindo a sua palavra, se sacrificou “Defendendo Portugal até à perda da vida para salvaguarda da sua independência”. Honramos os que deram esse exemplo – os mais de nove mil - que têm o seu nome inscrito em pedra, aqui, à nossa frente. Esses, que muitas vezes foram esquecidos por



quem deles mais tinha a obrigação de se lembrar. Esses, que ao longo dos anos nos trazem aqui, porque acreditamos que um marinheiro, soldado ou aviador pode

desaparecer, mas nunca morre, porque o seu exemplo inspira todos os patriotas, aqueles que acreditam que é possível um futuro melhor, digno de nós próprios, digno da nossa História.

Um, como todos, responderemos sempre que a isso formos chamados. Por isso, temos nove séculos de história e com isso ultrapassámos grandes dificuldades. Como homens livres, recusámos e recusamos servidões cobertas pelo manto da abundância fácil, das solidariedades que apenas existem como forma de dominação, dos interesses furtivos que corroem a vontade dos simples. Foram esses, foi o povo que, desde sempre, nas dificuldades, nas crises e na dominação se ergueu insubmisso.

Estivemos todos lá; e é para todos os que lá estiveram e para os que hoje cumprem o seu dever nas Forças Nacionais Destacadas que envio um abraço solidário, certo de que aqueles que hoje honramos - os nossos camaradas mortos - não se sacrificaram em vão. O seu exemplo, o seu amor à terra onde nasceram, se entendido, é talvez um dos últimos recursos para salvar Portugal. É essa, e não outra, a nossa missão de hoje porque “tenho orgulho em ser Português, honro a minha palavra e assumo a responsabilidade pelos meus actos”.

Viva Portugal

Fernando Melo Gomes
ALM

DISCURSO DA DR^a ISABEL JONET

Celebramos hoje o Dia de Portugal, neste local que evoca não só a nossa epopeia marítima, mas também, e em particular, os combatentes Portugueses. Os antigos, mas sem dúvida também os actuais, por vezes tão injustamente esquecidos. Em especial prestando a devida homenagem a todos aqueles que pereceram em combate ao serviço do nosso País.

A Comissão Executiva para a Homenagem Nacional aos Combatentes 2013 entendeu, no seu 20^o aniversário, recordar o papel desempenhado pelas mulheres: as que combatem integradas em forças militares e de segurança para manter a paz no espaço em que vivemos; as que partiram com os seus maridos e levaram a cultura e a língua portuguesa, falada e escrita, a tanto mundo; as que ficaram com os filhos, suportando com afecto e aguardando com expectativa o seu regresso; as que perderam os seus maridos ou os seus filhos ao serviço da Pátria; as que diariamente combatem em defesa de direitos humanos e pela promoção da solidariedade.

Associo-me a esta homenagem, desde já agradecendo o tão honroso - quão inesperado - convite para vos dirigir algumas palavras. Faço-o de mente e de coração abertos, totalmente liberta de constrangimentos políticos, confessionais e outros. Constrangimentos com que alguns, nestes tempos difíceis - e, estranhamente, de novo intolerantes - que se vivem no nosso País, pretendem condicionar quem quer que seja e a propósito do que quer que seja, designadamente quando está em causa o exercício livre do mais elementar direito à intervenção cívica.

Somos felizmente livres e independentes, orgulhosos de sermos Portugueses, da nossa história, e dos nossos antepassados. Antepassados combatentes que, armados ou não, forjaram a custo esta nação e deram o seu melhor, com esforço, dedicação e patriotismo, nalguns casos com a perda da própria vida. Que contribuíram para a edificação deste espaço, desta cultura e desta língua, que constituem a nossa identidade e o nosso património comuns e que portam o nome de Portugal.

Celebrá-lo e honrá-lo preservando a memória, obviamente com lucidez e critério, é uma manifestação de maturidade cívica e de confiança no futuro por parte de um Povo. Um povo que, ao longo da sua história, sobejas vezes confrontado com momentos difíceis, na aparência sem solução, sempre soube reencontrar, com sucesso, o seu caminho e cumprir o

seu destino com denodo e perseverança.

Que ninguém se arrogue portanto a capacidade de nos limitar no exercício deste direito tão salutar quanto, na medida em que nos ajuda a contextualizar e a inserir correctamente as incidências particulares no curso mais vasto da história, acaba por ser naturalmente portador da esperança e da energia positiva de que Portugal presentemente tanto carece.

Vem isto naturalmente a propósito dos tempos de crise que grassam no nosso

nos é proporcionada pela celebração do Dia de Portugal é de molde a tranquilizar aqueles de entre nós que expressam tamanho cepticismo.

Portugal nem nasceu ontem nem se extinguirá amanhã por qualquer passe de mágica. É o fruto de uma vontade indómita de um Povo, de uma geografia, de uma língua, de uma cultura e de uma longa e penosa história comum. Em suma, de uma identidade que não se esbateu, antes se fortaleceu sempre ao longo dos tempos e encontrou força e ânimo colectivos para superar as situações mais difíceis e desesperadas.

Não chegámos aqui por acaso: tivemos que alargar horizontes, que olhar de frente o mar tenebroso e saber que mais forte que o Adamastor era a vontade de D. João II, que aglutinar as muitas origens de onde nascemos para nos realizarmos no homem português, que lutar por esta vontade e acreditar neste desígnio de sermos livres e independentes.

Não se extinguiu a forja que deu à luz esses Portugueses que, com armas ou sem elas, ao longo dos séculos nunca desistiram nem baixaram os braços perante as dificuldades, não se vergando à inércia e ao fatalismo, perseverando com determinação e coragem nesse objectivo nobre que é realizar Portugal todos os dias enquanto País livre e sustentável.

Antes pelo contrário. Homens e mulheres envolvidos ou não em missões militares passadas, presentes ou futuras, sentimo-nos todos combatentes por Portugal. E queremos hoje, nesta cerimónia solene e plena de simbolismo, honrar com a nossa acção a memória daqueles que por ele lutaram e perderam a vida, irmanados na celebração de um projecto que também é passado, mas é sobretudo esperança no futuro.

Os nossos Filhos e Netos não nos perdoarão se não soubermos estar à altura do sacrifício daqueles cujos

nomes estão gravados nas lápides deste Forte. Temos que honrar a preciosa herança que recebemos, legando-lhes um País livre e sustentável em que eles não só se orgulhem de ter nascido, mas onde, sobretudo, queiram trabalhar e viver, servindo-o ao mesmo tempo.

Homenageemos pois os nossos combatentes passados, presentes e futuros.

Por Portugal. Viva Portugal!



País, porventura das mais graves com que fomos confrontados enquanto colectividade na nossa história mais recente, e que fazem a muitos de entre nós duvidar e mesmo descreer da nossa capacidade de enfrentar e de solucionar em conjunto os problemas que se nos apresentam pela frente, alguns deles bem complexos, reencontrando os caminhos de um desenvolvimento sustentável e que permitam voltar a alcançar níveis de satisfação e de fruição condizentes com os legítimos anseios de todos os portugueses.

A possibilidade de olhar em perspectiva para a realidade do nosso País que



Dr.ª Isabel Jonet

FUZILEIROS 400 ANOS DE HISTÓRIA

Com quase quatro séculos de história ao serviço da Marinha, os Fuzileiros são os legítimos herdeiros da mais antiga força militar constituída com caráter permanente em Portugal, o Terço da Armada da Coroa de Portugal. Até aos dias que correm, várias foram as configurações e os conceitos de emprego desta força especial, baseados na visão, nas missões e nos valores que ao longo de várias gerações foram sendo definidas. É de realçar que através da sua genética, e conforme a história bem pode comprovar, identificamos neste punhado de homens uma capacidade expedicionária com elevada prontidão, características que os definem como força especial de natureza anfíbia e cujo emprego, variado e polivalente, “aonde e sempre que necessário”, lhes atribui um caráter único em Portugal, fruto da cultura naval que cedo adquiriram no berço. Nesta época de elevadas restrições económicas e de verdadeira contenção, em particular o registo das medidas que se anunciam e outros exigentes desafios que se colocam às instituições militares, onde termos como racionalizar, eficiência e produtividade estão associados à afetação de recursos humanos, financeiros e materiais, há claramente necessidade de refletir sobre aquilo que somos e o que fazemos, definir prioridades e reconhecer as capacidades que são necessárias manter para responder às principais necessidades da nossa organização, interpretando naturalmente as idiossincrasias dos seus componentes. O Corpo de Fuzileiros, constitui-se atualmente como o principal *enabler* da Marinha para a edificação da capacidade de projeção de força e da possibilidade desta poder continuar a influenciar as operações junto ao litoral, onde a assimetria e a imprevisibilidade da ameaça hoje exigem uma

maior atenção. Num quadro de gestão global, este Corpo de elite da Marinha não pode assumir um estatuto de exceção num esforço que o país exige fazer, mas também não deve, nem pode residir nele, porventura, a única solu-

ção para atingir esse objectivo, sem que não haja qualquer perda de capacidades ou a descaracterização da sua natureza especial, como a elevada prontidão para combate ou a flexibilidade de emprego que, recordamos, estiveram na génese da sua recriação, em 1961. Em abril de 1621 é que foi oficialmente criado o Terço da Armada da Coroa de Portugal. Os «Soldados da Armada» ou os «Marinheiros do Fuzil», como na altura eram conhecidos, combateram durante os primórdios em locais distantes e cenários tão diferenciados, desde o Brasil às guarnições da Esquadra de Guarda de Costa, tendo ainda lutado ao lado de Lorde Nelson, no Mediterrâneo, somando sucessos na luta contra Franceses, Holandeses e Espanhóis. O Terço foi sempre considerado como uma unidade de elite, cuja responsabilidade e a guarda pessoal do Rei D. João IV constituíram um dos seus principais símbolos de marca; durante o século XVIII ocorreram várias alterações na organização desta força, sendo que a mais significativa, ordenada por D. Maria I em finais desse século, regista o agrupamento de todos os regimentos navais na nova Brigada Real da Marinha. Em 1808, parte desta força acompanha a família real portuguesa no seu êxodo para o Brasil, e cuja presença naquele território veio contribuir para a edificação do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha Brasileira, após a sua independência. Em meados do mesmo século, dá-se a militarização de todo o pessoal da

Armada em Portugal e concomitantemente a extinção desta Brigada Real, transferindo-se a sua capacidade para as guarnições dos navios que passam a receber treino de infantaria de combate, e que mais tarde vêm a constituir o núcleo das forças expedicionárias que participam em algumas campanhas além-mar. Em 1924 volta a ser criada em Portugal uma unidade permanente de infantaria de marinha, a Brigada da Guarda Naval que no entanto é extinta dez anos mais tarde. Em 1961 e em vésperas de uma guerra colonial que se antecipava, o então Contra-almirante Roboredo e Silva, à data Subchefe



ção para atingir esse objectivo, sem que não haja qualquer perda de capacidades ou a descaracterização da sua natureza especial, como a elevada prontidão para combate ou a flexibilidade de emprego que, recordamos, estiveram na génese da sua recriação, em 1961.

HISTÓRIA DOS FUZILEIROS

A existência de Fuzileiros na Armada remonta a 1585 quando foram constituídas equipas para treino das guarnições das naus da Índia para o maneio da artilharia e da fuzilaria, mas só em

do Estado-maior da Armada, na sua visão de uma marinha abrangente e multidisciplinar, com capacidade de poder atuar em ambientes ribeirinhos e contribuir para um esforço de contra-insurreição que emergia nas Províncias Ultramarinas, propõe recriar os Fuzileiros conferindo-lhes o lugar que a Marinha necessitava para reforçar a sua capacidade expedicionária e de combate em terra, fazendo assim, e também, parte da solução naqueles territórios. Com o fim da guerra em África, em 1974, verificou-se uma nova reestruturação das unidades de Fuzileiros que é acompanhada por uma redução de mais de cinquenta por cento dos seus efetivos e pela adoção de um novo conceito de emprego orientado para a capacidade de projeção de força nacional bem como para outros requisitos definidos pela Aliança Atlântica, de que Portugal é membro fundador.

O FUZILEIRO DE HOJE

Hoje, os Fuzileiros constituem um dos principais elementos da componente operacional da Marinha e integram, também, o sistema de forças nacional dando assim cumprimento a um diferenciado número de tarefas, desde as mais desafiantes e complexas às mais simples e rotineiras, percorrendo um vastíssimo espectro de missões; para além da sua participação nos vários contingentes nacionais e dos embarques nos navios da esquadra, em operações que ocorrem nos mais mediáticos e perigosos teatros de operações da atualidade – justificando, assim, o rigoroso treino e a preparação que lhes é exigida - às mais simples missões de reforço de segurança, vigilância, policiamento, protocolo e cerimonial, este Corpo de elite procura manter a sua cultura expedicionária e a prontidão que atrás referimos. Conscientes de que a dignidade e a nobreza das missões não residem apenas no tipo de tarefa que é atribuída mas também na forma e na excelência como são executadas, e que têm vindo a ser cumpridas com elevado brio

e generosidade por parte dos nossos Fuzileiros, verificamos a tendência crescente no emprego desta força em tarefas que não seguem rigorosamente a mesma linha de hereditariedade dos nossos antepassados. Reconhecendo que, como referiu *Charles Darwin* na sua abordagem teórica sobre a evolução das espécies, “é a espécie que melhor se consegue adaptar à mudança aquela que sobrevive” e que a re-



siliência é essencial em qualquer processo transformacional, não é menos evidente que a polivalência que hoje caracteriza os Fuzileiros e a constante degradação de efetivos nas suas fileiras contribuem significativamente para a descaracterização desta força, retirando-lhes a natureza especial que há muitos séculos atrás, e por direito próprio, adquiriram.

NOVOS DESAFIOS

A teorização do poder naval, conforme preconizado pelo estrategista e almirante americano *Alfred Mahan*, nos finais do século XIX, que assentava na centralidade do mar e na capacidade de obter o comando do mar, viu surgir mais tarde uma sucessão de estudos com diferentes dimensões e áreas geográficas específicas daquele ambiente, dando origem às várias disciplinas da guerra naval. Por outro lado, as constantes alterações no ambiente geoestratégico com o final da guerra fria e o aparecimento de novos atores não estatais na cena internacional, bem como a concentração da população mundial junto à costa litoral vieram despertar o interesse das marinhas em concentrar o seu esforço num novo espaço junto a

terra, fruto do aumento da instabilidade e dos interesses que ali se iam desenvolvendo. Resultante da ênfase que esta abordagem ganhou nos últimos anos, surgiu a necessidade de diferenciar o emprego das marinhas nesses vários espaços, como as “blue”, “green” e “brown waters navy”. O combate no litoral para as marinhas, ganhou assim uma nova abertura que foi acompanhada pelo desenvolvimento de um conceito inovador, o *sea-basing*. A construção de unidades navais específicas para operar junto a costa e a criação de forças projetáveis para operar em terra são outros desígnios que as marinhas modernas, que não só as mais poderosas ou as mais ricas, hoje se encontram a desenvolver. É neste ambiente de mudança e de desafio permanente que os Fuzileiros portugueses se devem concentrar, pois nelas residem as verdadeiras oportunidades que não

devem ser desperdiçadas.

A história de Portugal revela-nos a existência de vários períodos de conturbada adversidade, marcados por decisões complexas e por opções controversas que apenas o tempo conseguiu validar. Os Fuzileiros, ao longo destes quase quatrocentos anos de história, sempre souberam enfrentar esses tempos difíceis como uma atitude bastante proativa e sempre contribuíram para uma solução equilibrada, ultrapassando os obstáculos com a persistência e a tenacidade que caracterizam o combatente em terra, por um lado, e, com a arte de bem-fazer que a cultura naval lhes concedeu, por outro. Esta simbiose de características é, efetivamente, única em Portugal e só encontra semelhanças em outras forças congêneres cujas marinhas ainda mantêm a ambição de assegurar a capacidade de projeção de força, com base num conceito expedicionário e numa estratégia nacional que faça o uso do mar como vetor para influenciar as decisões em todos os demais ambientes e dimensões.



Colaboração do COMANDO DO
CORPO DE FUZILEIROS

NRP ÁLVARES CABRAL NA OPERAÇÃO ATALANTA

4ª PARTE

PORTO DE MOMBAÇA

Após mais uma missão de patrulha, reconhecimento e dissuasão ao longo da costa Este da Somália, a *Álvares Cabral* dirigiu-se para próximo porto de escala, a cidade de Mombaça, no Quênia, onde atracou no dia 6 de Junho.

À semelhança de outros portos já praticados na Área de Operações, Mombaça também registou uma forte presença Portuguesa desde o tempo dos Descobrimentos, com a chegada de Vasco da Gama a este porto em 1498, durante a sua primeira viagem à Índia. Dada a importância estratégica desta cidade nas rotas comerciais para a Índia, os Portugueses conquistaram Mombaça em 1528.

Ainda hoje, a presença Portuguesa está bem patente nas ruas da cidade, nomeadamente na parte histórica, denominada por "Old Town". Nesta zona, destaca-se uma fortaleza imponente, com a fachada em amarelo-torrado e assente no topo de uma formação de coral à entrada do antigo porto de Mombaça. Este edifício dá pelo nome de Forte de Jesus.

O Forte de Jesus foi construído pelos Portugueses em 1593, assumindo-se na altura como um símbolo da presença nacional neste país Africano. Ironicamente, esta construção marcou o início do fim da hegemonia Portuguesa na região. De facto, registos históricos mostram que entre 1631 e 1875 o Forte de Jesus foi ocupado por nove vezes, alternando entre a soberania Portuguesa, dos soldados Omanitas e do povo Swahili, até finalmente passar a ser propriedade da coroa Britânica, altura em que o Forte passou a ser usado como Prisão.

Mais recentemente, e tendo em conta o estado de degradação em que se encontrava, entre 1958 e 1960 o Forte de Jesus foi reconstruído com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. É hoje um edifício classificado pela UNESCO como Património Mundial e é atualmente o museu mais visitado do Quênia.

Em relação à visita de porto, para além da necessidade de reabastecimento do navio, a presença da *Álvares Cabral* em Mombaça teve como propósito a realização de um conjunto de atividades inerentes à divulgação da atividade da Força Naval da União Europeia (EUNAVFOR) no Oceano Índico, tendo presente que o Quênia é um

dos parceiros da União Europeia (UE) no combate à pirataria. Nesse âmbito, foram conduzidas pelo Comodoro Novo Palma, Comandante da EUNAVFOR e pelo CMG Sobral Domingues, Comandante do NRP *Álvares Cabral*, visitas a entidades da Autoridade Portuária e da Marinha do Quênia que testemunharam de viva voz o impacto

Por outro lado, e pela segunda vez durante a participação da *Álvares Cabral* na Operação Atalanta 2013, foi organizado a bordo um evento dedicado aos órgãos de comunicação social, designado por *Media Day*, que teve como objetivo esclarecer a sociedade civil sobre o fenómeno da pirataria, os objetivos da EUNAVFOR e os desafios futuros. Este evento teve a participação de jornalistas locais, que tiveram oportunidade de colocar diversas questões ao Comandante da Força durante uma conferência de imprensa que foi realizada a bordo.

O helicóptero é considerado o meio orgânico por excelência para a execução da presente missão e portanto, qualquer anomalia no seu funcionamento deve ser corrigida de imediato. Durante a estadia neste porto, a equipa de manutenção do navio deparou-se com um problema técnico que obrigou à desmontagem por completo do motor do helicóptero, adiando a largada do navio em 24 horas. Apesar da complexidade e dimensão dos trabalhos a realizar, a equipa de bordo concluiu com sucesso esta reparação.

Ultrapassado este desafio, no dia 10 de Junho, Dia de Portugal, o navio largou do porto de Mombaça com o helicóptero operacional e pronto para mais um período de mar.

PATRULHA NA COSTA ESTE DA SOMÁLIA

Assim, a *Álvares Cabral* rumou a norte em direção à costa Este da Somália, para nova tarefa de vigilância e monitorização da zona mais a sul, que se presume ser a região com uma forte presença do grupo terrorista "Al-Shabab".

Com a chegada da monção e consequentemente dos ventos

mais fortes de sul, nesta altura do ano as condições do mar começam a ficar desfavoráveis para a prática da pirataria, e esse facto confirma-se com o decréscimo no número de embarcações que navegam ao largo da costa. No entanto, continuam a registar-se movimentações suspeitas nas praias e tentativas de saída para o mar, sendo importante a presença dissuasora dos navios da Força junto à costa.

Em meados de Junho rumámos novamente para sul, em direção ao canal de Moçambique, tendo como destino o porto de Pemba, a norte de Moçambique.



negativo que o fenómeno da pirataria trouxe para Mombaça, com um decréscimo no número de navios que visitam o porto, alguns deles paqueteres, registando-se por isso uma redução no número de turistas que visitam a cidade, do qual começa agora a recuperar com a melhoria da situação de segurança no Oceano Índico. É notório o esforço que a Marinha do Quênia, com as autoridades marítimas e portuárias está a levar a cabo na proteção do porto e da área marítima em redor do porto de Mombaça, que em muito tem contribuído para a segurança nesta zona.

MOÇAMBIQUE – PEMBA

Recordada por muitos como “Porto Amélia”, a cidade de Pemba localiza-se a norte de Moçambique, na província de Cabo Delgado, naquela que é a terceira maior baía do mundo!

Podemos dizer que a visita a Pemba não foi, como tantas outras, mais uma paragem de rotina para abastecimento do navio. As condições do cais e os ventos fortes de sul foram desafios que tiveram que ser ultrapassados durante a manobra de atracação e a permanência do navio no cais. Para além disso, esta visita a Moçambique foi a primeira de um navio da EUNAVFOR e contou com a presença do Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco, e do General CEMGFA, General Luís Araújo.

No âmbito das atividades previstas, o Comandante da Força e o Comandante do navio foram calorosamente recebidos em cumprimentos oficiais pelas entidades governamentais e militares em Pemba, onde foi reforçada a importância desta excelente oportunidade para estreitar relações entre a União Europeia, Portugal e Moçambique, sobretudo quanto à visão partilhada na necessidade de garantir a segurança marítima no Oceano Índico, com impacto direto para a região.

Conforme já referido, durante esta visita de porto a *Álvares Cabral* e o Comando da Operação Atalanta receberam a visita do Ministro da Defesa Nacional, do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e de uma comitiva de Moçambique liderada pelo Vice-Ministro da Defesa Nacional, Dr. Agostinho Mondlane e diversas altas entidades militares. À margem desta visita foram desenvolvidas diversas atividades que envolveram os militares de ambas as Marinhas, que incluíram uma conferência de Segurança Marítima a bordo da *Álvares Cabral*, onde o Comodoro Novo Palma, Comandante da EUNAVFOR e o Comodoro Joaquim Rivas Mangrassé, Chefe de Estado-Maior da Marinha de Guerra de Moçambique apresentaram, respectivamente, o contributo da Operação Atalanta para a segurança marítima no Oceano Índico e o contributo de Moçambique para a edificação de capacidades no âmbito da segurança marítima na região. Foi ainda realizada uma demonstração de exercícios militares combinados de combate à pirataria no mar, que envolveu mais de 200 militares e meios orgânicos do navio e da Marinha de Moçambique, com relevante interesse mediático e que despertou a curiosidade de todos os que assistiram. Ainda antes da largada do navio, foi organizado um evento desportivo que envolveu o Estado-Maior multinacional da Força Naval da União Euro-

peia, o NRP *Álvares Cabral*, militares da Base Naval de Pemba e cadetes da Academia Militar Marechal Samora Machel, que decorreu num ambiente de *sã camaradagem*.

Aos primeiros raios de sol do dia 21 de Junho, a *Álvares Cabral* larga do porto de Pemba e deixa a sua extensa baía, dirigindo-se para norte. Nos instantes que se seguiram à largada, foi curioso observar a população junto às praias em plena atividade de pesca e com artes artesanais, um cenário que de certo modo revela a importância do mar para a economia local.

res Cabral, na qualidade de navio-almirante da Força Naval da União Europeia, recebeu, pela primeira vez desde que a operação Atalanta se iniciou em 2008, membros do Governo Somali e altos representantes da Marinha da Somália, assim como o Enviado Especial da União Europeia para a Somália, Embaixador Michele Cervone, o Chefe da Missão da União Europeia de Reforço das Capacidades Navais Regionais no Corno de África (EUCAP NESTOR), Almirante Jacques Launay e o Comandante da Operação Atalanta, Contra-Almirante Bob Tarrant.

Para a concretização deste evento, realizado em segurança ao largo do aeroporto internacional de Mogadíscio sob condições meteorológicas adversas, foram essenciais as capacidades orgânicas das fragatas presentes, cujos helicópteros asseguraram o transporte e a proteção das delegações num ambiente de fragilidade que procura regressar à normalidade após mais de vinte anos de conflito. Para tal, foi desenvolvido um plano tático abrangente, que contemplou uma rigorosa análise de risco para a segurança de todos os meios e indivíduos empenhados, bem como eventuais ações de contingência.

Para além da importância estratégica da reunião quanto ao compromisso assumido pela UE nesta região, nomeadamente no combate à pirataria ao largo da costa da Somália e no apoio e aconselhamento para a criação de condições na Somália, visando o pleno exercício de soberania e jurisdição sobre os seus espaços marítimos, foi especialmente relevante a demonstração da capacidade de empenhar operacionalmente os meios atribuídos à EUNAVFOR num ambiente diferente do que habitualmente operam as unidades navais da operação, sendo de realçar o facto de se tratar de uma ação inédita, que incluiu a primeira aterragem de rotina de helicópteros das Forças Navais que operam na região no território da Somália.

Após este evento, a *Álvares Cabral* manteve-se empenhada na vigilância dos campos da costa Este da Somália e assegurou a monitorização dos dois navios que se encontram atualmente pirateados, também ao largo desta costa. No dia 1 de Julho, dirigimo-nos para norte, tendo em vista a próxima paragem logística no porto do Djibuti, e acompanhados de vento e ondulação fortes de sul tão característicos desta altura do ano.



REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO GOVERNO FEDERAL DA SOMÁLIA

Depois da visita a Pemba, rumámos a norte em direção à costa Este da Somália. Os dias seguintes foram dedicados aos últimos preparativos para o evento inédito previsto para o dia 24 de Junho.

A navegar junto da cidade de Mogadíscio, em companhia com outros dois navios desta Força Naval, a Fragata Espanhola *ESPS Numancia* e a Fragata Alemã *Augsburg*, a *Álva-*

Colaboração do COMANDO DO
NRP ÁLVARES CABRAL

MARINHA CONQUISTA PRÉMIO DE MELHOR GESTÃO DE RISCO

Realizou-se em 24 de janeiro, no hotel Sana de Lisboa, o *Bright Challenge 2013*, competição nacional de gestão de projetos, na qual a Marinha concorreu com duas equipas multidisciplinares, com elementos do Estado-Maior da Armada e dos Setores do Material e das Tecnologias da Informação, tendo conquistado o prémio de melhor gestão de risco.

O evento, organizado pela *Bright Partners* – empresa nacional líder em soluções para gestão de ciclos de investimento e gestão de projetos – foi considerado o mais desafiante, alguma vez realizado em Portugal.

O *Bright Challenge* colocou à prova gestores de projeto oriundos de algumas das maiores empresas e instituições nacionais como a PT, a EDP, a IMPRESA, a SIBS, o Montepio, o Banco Popular, a SONAE, a Jerónimo Martins e o MDN, entre outras. Nesta primeira edição participaram um total de 26 equipas, com quatro elementos cada, envolvendo, assim, mais de 100 pessoas.

Esta iniciativa, de carácter essencialmente formativo, decorreu num ambiente de sã competição onde, durante mais de 6 horas, as equipas trabalharam, com grande empenho e entusiasmo, no *SIMULTRAIN*, um dos simuladores de gestão de projetos mais sofisticados do mundo.

O cenário em jogo consistia na realização de um projeto de reestruturação de uma organização – que é atualmente um tema bastante em voga – estando à partida identificado um conjunto de tarefas que requeriam determinadas valências e um grupo constituído por elementos com capacidades, motivações, disponibilidades e salários muito distintos.

Na primeira fase, era fundamental planear as tarefas com os recursos humanos mais adequados e ao mais baixo custo, garantindo a sua realização no prazo de 11 semanas, assim como avaliar o risco do projeto e decidir sobre o respetivo plano de mitigação. Além disso, era ainda necessário planear as inspeções de qualidade que, caso não fossem realizadas, acarretariam erros, provocando atrasos e aumento dos custos.

Na fase seguinte, iniciou-se a interação contínua com o simulador, durante a qual, através da consulta de vários painéis, as equipas tinham de controlar o progresso do projeto, ao mesmo tempo que tomavam decisões de gestão que lhes eram colocadas por uma secretária que “entra” sorridentemente no gabinete, atendiam telefonemas, respondiam a *e-mails* e marcavam reuniões com os vários *stakeholders*, assegurando, assim, que todos os intervenientes se encontravam positivamente comprometidos com a implementação do projeto.

Quando as equipas não conseguiam dar resposta e omitiam algumas destas ações, o simulador encarregava-se de as passar para o



“chefe”, que tomava sempre a pior decisão (por absurdo que possa parecer!...), influenciando negativamente o desenrolar do projeto e penalizando a respetiva equipa.

Foi neste ambiente de grande pressão e *stress* que uma das equipas da Marinha esteve na liderança até 15 segundos do final, tendo apenas



sido ultrapassada, nesse período, pela IMPRESA, que foi a vencedora final.

Para além desta 2ª posição na classificação geral, a Marinha alcançou ainda um 5º lugar, colocando as suas duas equipas no *Top 5* desta competição nacional.

O *Bright Challenge* premeia um vencedor global e cinco por categorias, distinções atri-

buidas às equipas que revelam melhor desempenho na gestão do risco, na gestão da qualidade, na gestão do prazo, na gestão do custo e na motivação da equipa, tendo a Marinha conquistado o prémio de melhor gestão de risco - *The Brightest Risk Management*.

Na opinião dos participantes da Marinha, mais importante que as classificações foi a oportunidade muito positiva de partilhar experiências na área da gestão de projetos com empresas de referência, facto que contribuiu para incrementar os nossos conhecimentos nesta vertente da gestão, em benefício de uma Marinha cada vez mais moderna, eficiente e eficaz. Releva-se, ainda, a oportunidade que este evento constituiu na abertura da Marinha ao exterior, em linha com os objetivos estratégicos estabelecidos na DPN 2011. Os aspetos que todos apontaram como mais relevantes foram:

- As mais de 6 horas de contínua aprendizagem, garantida pelo *feedback* que o simulador vai dando sobre todas as ações/decisões da equipa;
- A importância de uma adequada e contínua comunicação com todos os *stakeholders* do projeto;
- A vantagem de investir num bom planeamento inicial, adequando as valências dos recursos humanos aos requisitos das tarefas;
- O treino no que respeita à tomada de decisão em equipa, num ambiente de elevado *stress*;
- A necessidade de uma boa gestão do tempo, de disciplina e de método na tomada de decisão, pela aplicação do ciclo *Observe, Orient, Decide, Act (OODA loop)*;
- O benefício em atribuir uma área específica da gestão do projeto (risco, qualidade, prazo, custo e motivação) a cada elemento da equipa, que a controlará com maior rigor.

Por seu lado, João Virott da Costa, *Managing Partner* da *Bright Partners*, afirmou que «a 1.ª edição do *Bright Challenge* superou todas as expectativas e marcou definitivamente a celebração do 10.º aniversário da *Bright Partners*. O índice de satisfação dos participantes foi muitíssimo elevado o que é muito gratificante e um desafio para preparar uma edição 2014 ainda melhor. Já temos ideias».

E a Marinha não se fica atrás e também já tem as suas ideias, que pretende pôr em marcha já em 2013, com a realização de mais uma sessão de formação e certificação de pessoal em gestão de projetos, visando a progressiva consolidação desta capacidade, e, quem sabe, num futuro próximo, desafiar o MDN, o Exército e a Força Aérea para a realização de um *Defesa Challenge*.



Sérgio da Silva Pinto
CFR

ARPÃO PARTICIPA NO SPONTEX 2013

Passadas pouco mais de três semanas após a participação no exercício nacional INSTREX 13, o *Arpão* largou para mais uma missão internacional com duas tarefas distintas: a participação no exercício SPONTEX 2013 (SPX13), no golfo da Biscaia ao largo de Brest; e o apoio ao FOST no treino das unidades de superfície e aéreas em águas inglesas.

No dia 8 de maio o *Arpão* largou da Base Naval de Lisboa em direção a Brest, tendo atracado neste porto francês passados cinco dias, com o objetivo de participar na *Pre-Sail Conference* do SPX13. Este exercício bianual, criado em 1993, é dedicado essencialmente ao treino da luta ASW. O cenário, comum a muitos outros exercícios, remete-nos para estados falhados beligerantes, num escalar de hostilidades e com a necessidade de intervenção de uma força multinacional ao abrigo de resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No SPX13, participaram meios aeronavais da França, Alemanha, Bélgica, Canadá, Portugal, Reino Unido e Polónia totalizando mais de 20 meios aeronavais. Destes realça-se o empenho de um grande número de aeronaves, tanto orgânicos dos navios participantes, como da base aérea francesa de aviões de patrulha marítima (MPA).

Na primeira fase do exercício, que se desenrolou numa forma seriada e essencialmente em águas profundas, o *Arpão* participou em 9 "CASEX", onde se incluíram séries dedicadas à luta anti-submarina e anti-superfície, enfrentando modernos meios aeronavais, realçando-se os eficazes aeronaves Atlantique 2 e o submarino nuclear francês *Emeraude*. Após esta fase de seriado, seguiu-se o treino de integração de força (FIT), designado por "War at Sea" (WASEX), com duas forças opositoras num cenário de conquista de pontos onde o comando e controlo, bem como a cooperação foram mais exigentes.

Na última fase do exercício, realizada em águas pouco profundas, o *Arpão* fez parte das unidades opositoras, fazendo frente à força de coligação, tendo também conseguido afirmar as suas elevadas capacidades em "shallow waters", onde a constante presença de meios aéreos dificultava bastante a evasão em águas pouco profundas.

O SPX13 terminou no dia 22 de maio, tendo o navio demandado Plymouth onde ini-

ciou a sua segunda fase desta missão, a participação como unidade de apoio ao FOST para o treino dos navios no *Operational Sea Training* (OST).

O FOST é a entidade responsável pela organização e condução do treino e avaliação aos navios que participam no OST, sendo estes sujeitos a um intenso programa de forma a dotar as suas guarnições com competências nas mais diversas áreas da guerra, nomeadamente a ASW. É no treino desta

ça britânicas, todos eles submarinistas.

Após três dias de descanso da guarnição em Plymouth, que os elementos mais antigos aproveitaram para visitar locais conhecidos, o *Arpão* iniciou o primeiro período de duas semanas de navegação nas áreas a sul de Plymouth, após as quais voltou a atracar naquela base naval. Seguiram-se mais duas semanas de navegação, atracando uma última vez em Plymouth antes da semana final de apoio ao FOST. Durante

estas cinco semanas de participação no OST, entre 24 de maio e 27 de junho, o *Arpão* executou diversos exercícios com os diferentes navios de superfície e helicópteros em treino.

Das diversas atividades realizadas contam-se as interações com o porta-aviões inglês HMS *Illustrious*, já em fim de vida e as novas fragatas Type 45 da classe *Daring*, um dos produtos mais recentes da construção naval britânica. Adicionalmente, a participação no processo de treino dos novos helicópteros MERLIN Mk2 foi considerado um valioso contributo prestado. Resta ainda realçar o exercício com o submarino nuclear de ataque HMS *Tireless* e o apoio ao treino dos operadores do novo sonar S2087 LFAS (*Low Frequency Array Sonar*) que equipa algumas fragatas Type 23 da classe *Duke*, considerado por muitos a nova geração de sonares.

Na última "guerra de quinta-feira", na tarde de 27 de junho, após o lançamento do facho verde (sinalizando o lançamento do torpedo), o NRP *Arpão* despediu-se das águas inglesas e do *Flag Officer Sea Training* com "mar chão e aragens", iniciando o trânsito de regresso a Lisboa.

No final desta missão de 56 dias, ficou mais uma vez a sólida percepção das capacidades dos submarinos da classe *Tridente* como um meio capaz de operar com os mais diversos tipos de meios. Por um lado, o SPONTEX 2013 revelou ser uma excelente oportunidade de treino, essencialmente na operação táctica em "shallow waters" e num cenário com uma elevada presença de aeronaves. Por outro, o apoio ao FOST consolidou as relações entre a marinha e aquela entidade inglesa onde as nossas fragatas também se exercitam.



Colaboração do COMANDO DO NRP ARPÃO



área que o apoio ao FOST prestado pelos submarinos se integra, participando em diversas séries incluídas no programa de treino e avaliação das unidades de superfície e helicópteros.

Após nove anos desde a última participação de um submarino português nesta missão de apoio ao FOST (realizada pelo NRP *Barracuda* em 2004), foi com enorme satisfação e curiosidade que o *Arpão* foi recebido, no dia 24 de Maio, pelas entidades britânicas na base naval de Devonport em Plymouth. Desta curiosidade resultaram os diversos pedidos para embarque de *Sea Riders* que se concretizaram no embarque de um oficial holandês (pertencente ao FOST), um sargento alemão, um oficial e uma pra-

SAGRES NA "ARMADA DE ROUEN"

É o que se designa de sentido de oportunidade. Uma pequena cidade, a 120 quilómetros do mar, consegue, graças a um rio, atrair a si o mais importante evento marítimo da França, a Armada de Rouen. É do Sena que estamos a falar, é certo, mas, pese a sua notoriedade, não passa de uma simples via fluvial. Por sinal, bastante frequentada, e durante todo o ano. Lisboa, com um Tejo espreado à sua disposição, bem poderia aprender com exemplos destes.

Com uma periodicidade de cinco anos, a Armada de Rouen completou, a 16 de Junho, um quarto de século, sendo esta sexta edição a derradeira a cargo de Patrick Herr, o responsável pela iniciativa desde a primeira hora, desenhando-se agora no horizonte a ameaça de um possível fim do evento. Há até quem fale em passagem de testemunho para as longínquas e áridas terras do Dubai, hipótese que a muitos, compreensivelmente, parece descabida de todo.

Sob a designação *As velas da liberdade*, a primeira edição da Armada teve lugar em 1989, assinalando-se então o bicentenário da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. O tema liberdade seria ainda o mote para a segunda edição, em 1994, que, cinco anos depois, com o virar do século, passaria a ser designada *Armada do Século*, e, em edições subsequentes, *Armada de Rouen*, muito simplesmente. Recorde-se, a título de curiosidade, que o navio-escola luso marcou presença em quatro das edições anteriores desta importante iniciativa.

UM EVENTO COM PESO E MEDIDA

Durante semana e meia, estiveram atracados ao longo do Sena, nos vários quilómetros de cais de Rouen, 38 grandes veleiros e oito navios de guerra de diferentes nacionalidades, havendo a salientar a presença massiva de veleiros holandeses (todos alugáveis e auto-sustentados), e, claro, navios com bandeira francesa. Também os russos se impuseram, com o *Kruzenshtern*, o segundo maior veleiro do mundo, o *Shtandart*, réplica de uma fragata dos czares setecentista, e o bem conhecido *Mir*. Tão pouco faltaram à chamada navios ingleses, polacos, suecos e o veleiro escola do sultanato de Omã, o luxuoso e elegante *Sahbab Oman*. Um facto curioso: independentemente da bandeira desfraldada, alguns dos navios presentes são de construção alemã, pré Segunda Grande Guerra, à semelhança da *Sagres*, que teve na Armada 2013 um dos pontos altos da sua viagem anual de instrução, com a duração de um mês e a presença a bordo de 38 cadetes do

segundo ano da Escola Naval e 14 cadetes e jovens oficiais estrangeiros, de Angola, Argélia, Argentina, Brasil, Canadá, China, Espanha, França, Holanda, Marrocos, Polónia, Reino Unido e Turquia, número a acrescentar a uma guarnição permanente de 128 militares.



O navio chegou a Rouen na tarde de 9 de Junho, após um par de dias bastante atribulados no Canal da Inglaterra, registando-se, desde então, uma temperatura verdadeiramente invernal.

Logo no dia da chegada, o comandante da *Sagres*, Nuno Sardinha Monteiro, teve que se desdobrar em entrevistas, fosse para a Rádio



Figo, emissora local, a prestigiada Radio Alfa, de Paris, ou ainda a Radio France International, só para mencionar algumas; tendo a viagem deste ano suscitado também o interesse dos media nacionais, no caso, o programa matinal de José Candeias, na Antena 1, e o jor-

nal I, que dedicou ao assunto umas centrais.

Dias depois, a 13 de Junho, seria a vez da France 3, uma das mais importantes estações televisivas de França, com estúdio montado no recinto, fazer um directo no seu jornal da noite, programa com grande audiência. Isto, a propósito da cerimónia da oficialização da Academia do Bacalhau de Rouen, que foi, sem dúvida, a par com a habitual recepção do 10 de Junho, com 250 convidados, a mais relevante actividade da *Sagres* nesse porto francês. O testemunho seria passado pelo presidente da Academia de Bacalhau de Joanesburgo, Mani Sampaio, e contou com a presença do embaixador português em Paris e de centenas de pessoas dos mais diversos sectores da sociedade que puderam assim matar saudades de Portugal.

ACADEMIA DO BACALHAU E FESTA A BORDO

Na tarde e noite de Santo António não houve sardinhas, mas houve fiel amigo, em forma de bolinhos e num «à Brás» de comer e chorar por mais, e ainda o inevitável pastel de nata, que, desde logo, espicçou a curiosidade gastronómica de muitos dos presentes reunidos em convívio no tombadilho e no poço sob um toldo providencial. Um total de 400 pessoas, franceses e portugueses, naquela que terá sido, porventura, uma das maiores recepções a bordo do navio, e que seria abrilhantada pelo cantor português radicado em Paris, Toni do Porto, senhor de uma excelente voz e notável versatilidade na interpretação. A festa acabaria com bailarico na mais fiel tradição lusitana. Pode-se dizer que a quinta presença da *Sagres* em Rouen foi o concretizar de um sonho antigo de José Stuart, o sempre prestável cónsul honorário português nessa cidade.

Aberto a visitas, diariamente das dez da manhã à meia noite, à excepção de 10 e 13 de Junho, a *Sagres* foi um dos navios que mais oportunidades deu a quem o desejasse visitar. E a afluência acabaria por ser, como se esperava, bastante grande, tendo sido atingida no último dia a marca histórica de 19 mil visitas num só dia.

Ao longo da semana, foram muitas as manifestações de apreço pela barca (e até de carinho), não só da parte dos imigrantes lusos há muito radicados na região, como também dos franceses, que, frequentemente, pediam para serem fotografados junto aos membros da guarnição ou de alguns dos símbolos maiores da barca, como a roda do leme ou o sino. Entre os espontâneos que subiram a bordo, de destacar alguns entusiastas que ali tinham estado em edições

anteriores e prometiam continuar a estar em edições futuras, elementos de ranchos folclóricos locais e populares anónimos que, em vez das costumeiras T-shirts da selecção, como elo identificador da portugalidade, muniram-se da concertina e da pandeireta, transformando assim a visita numa festa com sabor popular.

Do programa oficial constou também um jogo de futebol amigável, entre as equipas da guarnição e da comunidade portuguesa de uma das freguesias de Roeun, uma corrida matinal com atletas de todos os navios, e, por fim, o desfile-parada a preceito das guarnições pelo centro histórico da cidade, que contou com a presença de grupos de percussão locais, diversas confrarias e 130 crianças em idade escolar.

UM PROGRAMA RECHEADO E FARTO

O navio-escola português encontrava-se bastante bem situado, a poucos metros do recinto dos concertos, na margem direita do Sena, e em frente ao local onde era lançado o fogo de artifício que diariamente, pelas 23.30, logo após os espectáculos, era exibido no negro firmamento, sempre com temática diferente. A *Sagres* passava então a ser, nessa altura, a plateia de eleição de todo o festival.

Ao longo do dia, entre as pontes *Guillaume Le Conquerant* e *Flaubert*, era um verdadeiro mar de gente, que, de forma ordeira, se passeava ao longo dos cais, tirando fotografias e aguardando pacientemente a sua vez nas longas filas para visitar os navios, ou então para adquirir recordações nas dezenas de barracas e tendas, recheadas de produtos alusivos ao mar, ou não, e para degustar as bebidas, petiscos e pratos à disposição nos abundantes restaurantes e bares montados para o efeito, sendo que muitos deles funcionavam no interior de alguns dos navios que desse modo cobriam os custos da sua participação no evento.

Falou-se numa previsão de um total de cinco milhões de visitantes, um número que não deixa de ser bastante impressionante.

De salientar a presença na Armada 2013 de inúmeras crianças, idosos e até deficientes motores, esses, infelizmente, impedidos de subir a bordo dos navios, por motivos óbvios. Honrosa excepção feita ao navio inglês *Tenacious*, equipado para os poder receber.

Pelo palco expressamente montado para os *Concerts de la Region* (assim se chamavam os espectáculos musicais) passaram nomes sonantes como o libanês Mika, os parisienses BB Brunes, os «dinosáuricos» Madness e a bela bretã Nolween Leroy, sem esquecer o casal de músicos cegos malianos, Amadou e Mariam, que a Rouen trouxeram o mais significativo e mágico momento musical.

CIDADE DOS NORMANDOS E DE JOANA DE ARC

Rouen reivindica para si o epíteto «capital da luz», e recorre a metáforas pouco comuns, como «a pedra cor de manteiga fresca», quando se refere à Notre Dame local, que por esses dias tinha espectáculos diários de som e luz, que transfiguravam por completo a sua fachada. Considerada o mais importante património arquitectónico da cidade, a catedral



foi, ao longo da história, por diversas vezes arrasada, primeiro pelos vikings e, mais recentemente, pelos bombardeamentos dos aliados durante a Segunda Grande Guerra.

Do porto de Rouen, capital da Normandia, partiu para as Américas, nos primórdios do século XVI, o pouco conhecido navegador



Jean de Verrazzane; e, numa das suas praças, seria supliciada a celeberrima Joana de Arc, facto assinalado na Armada 2013 com a inauguração de um monumento a ela dedicado, e que contaria com a presença de alguns oficiais portugueses.

UM LONGO PASSEIO NO SENA

Ao amanhecer do dia 16 já a ponte levadiça Flaubert – tecnologia de ponta cuidadosamente guardada pela polícia – estava levantada. Havia que acautelar o início do tão aguardado desfile náutico no Sena, que fecharia o evento com chave de ouro. Um percurso de 120 quilómetros, cronometrado ao minuto, pelas diversas comunas ribeirinhas da Alta e Baixa Normandia. O primeiro navio saiu de Rouen às sete da manhã e, segundo o previsto, chegaria ao estuário de Le Havre às 4 e meia da tarde, sendo que o último dos participantes atingiria essa posição quatro horas depois. Enfim, espectáculo garantido para uma tarde de domingo passada com a família. E foi isso que aconteceu.

De um lado e do outro do Sena, eram aos milhares as pessoas sentadas em cadeiras, nos relvados e varandas de suas casas, a acenarem, a agitarem bandeirolas e a apitarem cornetas, vuvuzelas e sirenes. Havia quem aproveitasse a ocasião para o churrasco de ocasião e não faltaram orquestras com tubas, trompetes, tambores, caixas de rufar e respectivos olés!, e as bandeiras portuguesas, que regularmente apareciam quando e onde menos se esperava. Assinalavam, por exemplo, o centro de povoações que surgiam a bombordo e a estibordo, com a multidão a aplaudir e aos gritos, chamando a atenção da guarnição que ia correspondendo com acenos de mão e de bonés. É da tradição.

A *Sagres* optou por fazer soar a sua sereia à aproximação de qualquer aglomerado considerável, sobretudo se ali se vislumbassem bandeiras verde-rubras. E o toque da sereia foi, naturalmente, bastante mais prolongado e mais potente quando a barca passou junto a La Mailleraye-Sur-Seine, a cidade madrinha do veleiro português, que dias antes recebera com pompa e circunstância uma delegação da *Sagres* que para o efeito ali se dirigiu.

Uma palavra de apreço para os oficiais de ligação da Marinha Nacional Francesa, a antilhessa Magali e o luso-francês Dominique Gonçalves, sempre prestáveis, simpáticos e muito profissionais.

Daqui a cinco anos há mais. Ou melhor dizendo, talvez haja mais, pois os opositores da iniciativa argumentam que não estão para arcar com os impostos suplementares que a organização da Armada acarreta... E foi com essa incerteza no futuro que os belos e grandes veleiros desfilaram em direcção ao grande oceano, com as agulhas apontadas a norte, rumo ao porto holandês de Den Helder, onde os aguardava nova concentração festiva.

Joaquim Magalhães de Castro
Investigador da História da Expansão Portuguesa

Fotos

Joaquim Magalhães de Castro

N.R.

O autor não adota o novo acordo ortográfico.

A REESTRUTURAÇÃO DA DIREÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL

A Direção do Pessoal foi criada em 1918, pelo Decreto 4 451, de 16 de junho, como 2ª Direção Geral da Secretaria de Estado da Marinha, para “tratar dos assuntos que se referem ao pessoal militar da Armada, escolas, saúde e justiça.”

Era composta por três Repartições, incumbindo:

À 1ª, o recrutamento, instrução, disciplina, promoções e serviço dos oficiais;

À 2ª, o recrutamento, instrução, disciplina, promoções e serviço das praças e outros serviços até então a cargo da 6ª Repartição da Majoria¹;

À 3ª, os serviços até então tratados pela 4ª Repartição da Majoria. Funcionando adjunto a esta repartição o Hospital da Marinha.

Pelo Decreto nº 26 148, de 14 de dezembro de 1935, que estabeleceu a “Organização do Ministério da Marinha”, foi criada a Intendência do Pessoal, em substituição da anterior Direção do Pessoal.

De acordo com o Art.º 29º do referido diploma, “A Intendência do Pessoal centraliza os assuntos respeitantes ao pessoal da Armada por meio das: Repartição do Pessoal; Repartição de Saúde Naval; Repartição de Educação e Instrução; Repartição de Justiça, e Repartição da Administração Naval.”

Esta organização iria manter-se por um quarto de século, com ligeiras adaptações, até que o Decreto-Lei nº 43 916, de 16 de setembro de 1960, “Cria na Superintendência dos Serviços da Armada a Direção do Serviço do Pessoal e a Direção do Serviço de Saúde Naval, e extingue o Comando das Reservas da Marinha, a Repartição do Pessoal, a Repartição de Saúde Naval, o Serviço de Educação Física da Armada e os cargos de Intendente do Pessoal e de Inspetor de Saúde Naval”.

É desta reforma que sai a estrutura de 1961, em que o diretor do Serviço do Pessoal, subordinado ao superintendente dos Serviços da Armada, assumiu, com exceção da Saúde, as funções hoje atribuídas ao superintendente dos Serviços do Pessoal.

As reformas na Marinha passaram a ser então mais frequentes, face às novas condicionantes externas e, logo em 16 de abril de 1962, foi criada a Repartição de Seleção. A estrutura evoluiu novamente em 1968, em consequência da criação das su-

perintendências do Pessoal e do Material e a inerente extinção da superintendência dos Serviços da Armada, pelo Decreto nº 48 689, de 16 de novembro.

Nesta reforma, a 4ª Repartição – Justiça e Disciplina, assume-se como direção da Superintendência dos Serviços do Pessoal (SSP) e, em seu lugar, é criada a Reparti-

persos, o que viria a ser corrigido em 26 de fevereiro de 1999 com a concentração de todos os organismos da DSP nas Instalações Navais de Alcântara. É também neste período que é abandonada a numeração ordinal, que, no entanto, se iria manter até 2013 nos indicativos radiotelegráficos das repartições de pessoal e na designação comum das Ordens do Pessoal. Desde essa altura, e apesar de a Marinha ter perdido cerca de 8000 dos anteriores 19 000 efetivos, a organização da DSP sofreria apenas pequenas alterações até ao fim de 2012, e uma pequena redução de pessoal resultante do fim do Serviço Militar Obrigatório/Serviço Efetivo Normal.

Assim, na sequência de vários estudos de adaptação que não atingiram a fase de implementação, tornava-se necessário reestruturar a DSP, tendo sido apresentada uma proposta

tendo em vista atingir os seguintes objetivos:

tendo em vista atingir os seguintes objetivos:

- Adequação da orgânica ao módulo de Recursos Humanos e Vencimentos (RHV) do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN), previsto para o fim do 1º trimestre de 2014;
- Visão integrada e complementar do recurso “Pessoal”, eliminando compartimentações entre categorias;
- Envolvimento dos comandos e unidades na gestão do pessoal;
- Eliminação das disfunções (metodologias diferentes para situações análogas);
- Melhoria da capacidade de planeamento e controlo;
- Desmaterialização de processos;
- Centralização de arquivos e registos;
- Redução de efetivos.

A estrutura que se encontra em implementação, aprovada pelo ALM CEMA em 22 de janeiro de 2013, é a que consta na Fig.2.

Esta estrutura é compatível com o módulo de RHV do SIGDN e, após a total implementação, que se prevê para o fim do 1º semestre de 2014, permitirá uma poupança estimada de 66 militares e civis, passando dos 311 cargos identificados em dezembro de 2012 para 245. Contudo, se tivermos apenas em conta as repartições de pessoal, o número de cargos passa de 185 para 138.

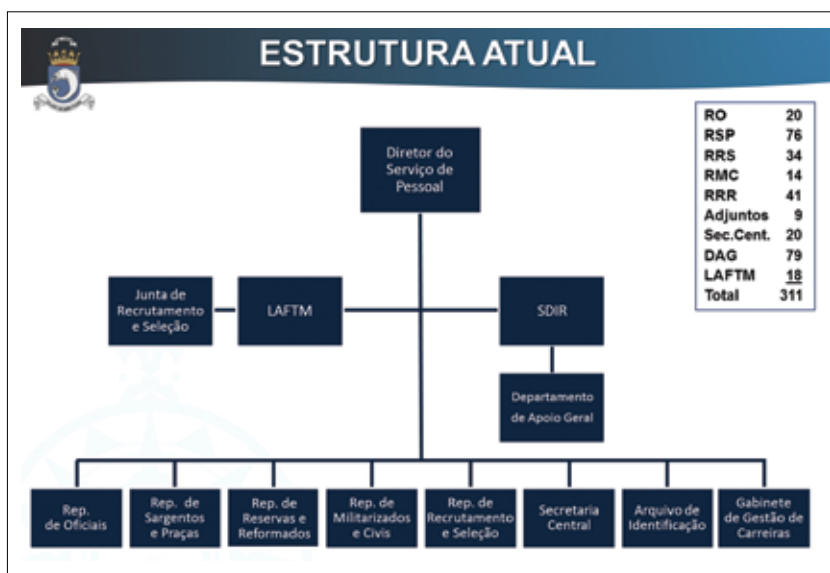


Fig. 1

ção de Pessoal Civil; a 5ª Repartição – Instrução, também se autonomiza e, em seu lugar, é criada a Repartição de Bem-Estar.

Após o 25 de abril de 1974 alguns grupos de Pessoal Civil assumem a condição de militarizados, pelo que, em 5 de agosto de 1976, é criada a Repartição de Pessoal Militarizado, que ocupa o lugar deixado vago pela saída do âmbito da Direção do Serviço de Pessoal (DSP) da Repartição de Educação Física.

A estas sete repartições, espalhadas por várias infraestruturas da Marinha, soma-se ainda a 8ª Repartição – Pessoal Fuzileiro, em 3 de fevereiro de 1987, encarregada da gestão dos sargentos e praças da classe de fuzileiros.

A esta máxima amplitude da DSP seguiu-se um reajustamento orgânico, em 17 de fevereiro de 1994, em consequência da Lei Orgânica da Marinha de 1993. Por Despacho do ALM CEMA nº 19/94, de 17 de fevereiro, são desativadas a 5ª Repartição (Bem-estar), a 6ª Repartição (Pessoal Militarizado) e a 8ª Repartição (Sargentos e Praças FZ). Neste processo são fundidas as 4ª e 6ª Repartições, dando origem à nova 4ª Repartição – Militarizados e Civis; e a 7ª Repartição – Recrutamento e Seleção, é renomeada para 5ª Repartição – Recrutamento e Seleção.

A DSP fica assim com cinco repartições e alguns órgãos independentes, ainda dis-



Fig. 2

Uma poupança significativa resultará da extinção da Secretaria Central e das secretarias das repartições que, em boa verdade, mantinham ainda as funções que lhes competiam no tempo em que as respetivas repartições eram órgãos isolados e fisicamente dispersos. As competências da Secretaria Central foram divididas, passando a responsabilidade pelos transportes (deslocações em serviço) para o Serviço Administrativo e Financeiro, e as funções de secretariado e correspondência sido assumidas pela nova secretaria única da DSP.

A secção de Vencimentos e Abonos é uma posição de referência no caso de esta competência vir a ser atribuída à DSP no futuro.

As mudanças já efetuadas foram as que constam na Fig. 3.

Após estas alterações, a DSP estava pronta para assumir a gestão dos militares por processos em vez da anterior arrumação por categorias (oficiais por um lado e sargentos e praças por outro), o que aconteceu no dia 17 de abril p.p., na sequência do Despacho do ALM CEMA de 15 de abril, com a extinção das Repartições de Oficiais e de Sargentos e Praças, e a criação, em sua substituição indireta, das novas Repartições de Gestão de Pessoal (RGP) e de Efetivos e Registos (RER).

Esta alteração exigia um novo Regulamento Interno, aprovado pelo ALM CEMA e publicado na Ordem da Armada de 17 de abril p.p.. Face à fase de experimentação, o novo RI assumiu caráter transitório e terá que ser revisto até ao final do 1º semestre de 2014.

Numa nova abordagem por processos em vez de categorias, deixou de fazer sentido ter Ordens do Pessoal (OP) por categorias, pelo que a OP adotou um novo formato, desenvolvido com o apoio da

Também no que respeita ao atendimento dos militares, militarizados e civis, do ativo, reserva ou reforma, e ainda aos candidatos e ao pessoal na reserva de disponibilidade que se dirigem à DSP para tratar de assuntos do seu interesse ou por motivos de serviço, haverá importantes mudanças. Em primeiro lugar, estão a ser localizados num mesmo espaço, perto da entrada do edifício da DSP, todos os serviços de maior procura, de modo a proporcionar um serviço mais célere, em horário contínuo das 9h00 às 17h00 dos dias úteis, capazes de responder, de imediato, à maior parte das solicitações. O atendimento disporá de uma zona de espera e de um sistema de ordenação para acesso aos

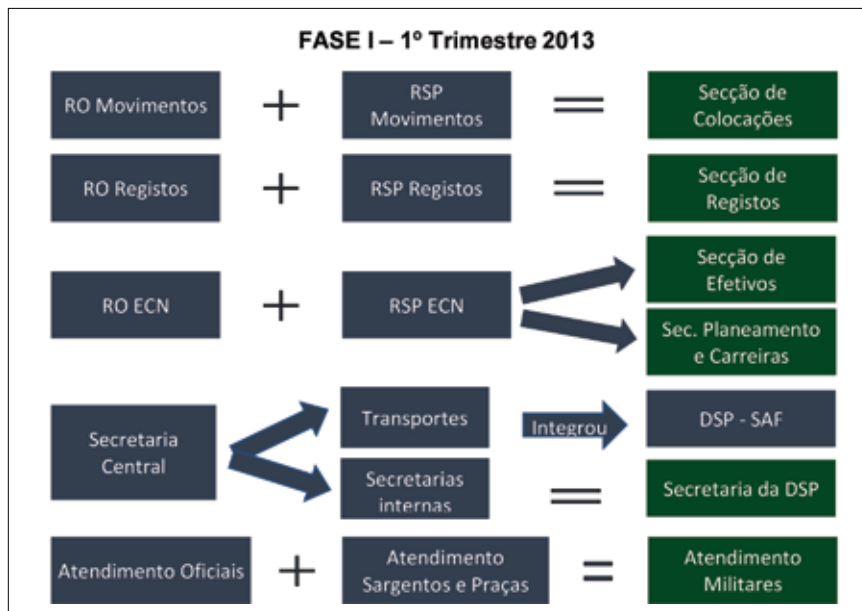


Fig. 3

Superintendência dos Serviços de Tecnologias da Informação (SSTI), ver Fig. 4.

O formato da nova OP não altera a arrumação existente nas anteriores OP1,

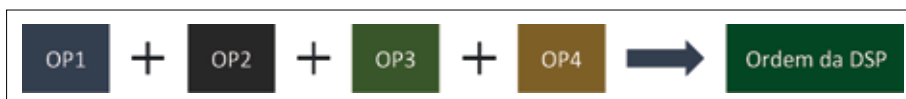


Fig. 4

OP2, OP3 e OP4, apenas integra a informação num único documento que pode ser consultado por partes (por categorias, por assuntos ou por ambos). Trata-se de uma abordagem moderna, utilizando o MS SharePoint, em que a informação a publicar é colocada num sítio virtual da OP diretamente pela seção de origem. Um conceito que se poderia apelidar de "diretamente do produtor". No dia da publicação, o chefe da RGP verifica e assina eletronicamente, tornando o documento disponível.

postos de atendimento, todos situados no mesmo corredor.

Esta facilidade não será impeditiva do acesso às repartições de pessoal, mas esse acesso será bastante mais reduzido, sempre condicionado à disponibilidade do interlocutor, diminuindo a perturbação do trabalho das repartições.

Em segundo lugar, e não menos importante, pretende-se adquirir a experiência e as ferramentas que permitam dispor de um serviço que possa funcionar a distância, tendo em vista a eventual criação de um posto de atendimento nas Instalações Centrais da Marinha e outro no Alfeite, Fig. 5.

Até ao final de 2013 será a vez da extinção da Repartição de Recrutamento e Seleção e a criação, em seu lugar, da futura Repartição de Obtenção de Pessoal (ROP), Fig. 6.

Com esta alteração, em linha com o previsto no módulo de RHV do SIGDN, pretende-se criar um polo único para



Fig. 5

todos os concursos de obtenção de pessoal, externos e internos, militares, militarizados e civis. Paralelamente será integrada nesta repartição uma secção que terá as competências até agora atribuídas ao Oficial Adjunto do DSP, o único polo de planeamento da anterior estrutura. Esta nova secção assumirá um papel de relevo no controlo de execução de tarefas gerais de todo o pessoal da Marinha e que até agora não eram controladas, como é o caso das férias e das dispensas de serviço. Para tal irá dispor de ferramentas informáticas já em desenvolvimento no âmbito da SSTI, visando a execução descentralizada e controlo centralizado daquelas tarefas.

No primeiro semestre de 2014 será a vez da integração da atual Repartição de Reservas e Reformados na RER, Fig. 7.

Esta integração em nada fará diminuir a qualidade do trabalho que tem vindo a ser realizado, visando essencialmente a diminuição da burocracia. De facto, até há pouco, os processos individuais dos militares eram mantidos nas Repartições de Oficiais ou de Sargentos e Praças enquanto no ativo ou na reserva na efetividade de serviço, transitando depois para a Repartição de Reservas e Reformados. Caso um militar dos Quadros Permanentes (QP) regressasse à efetividade de serviço ou um militar na Reserva de Disponibilidade (RD) ingressasse nos QP, o seu processo faria o caminho contrário. Com esta integração como secção da RER e com os arquivos centralizados e desmaterializados, toda esta burocracia irá desaparecer, aumentando a velocidade na resposta e a fiabilidade dos dados, ao mesmo tempo que se reduzem as necessidades de pessoal.

Após estas alterações e garantido que esteja o processo de transição, será a vez, por fim, da decisão sobre a Repartição de Militarizados e Civis (RMC), cuja especificidade justifica maior ponderação e experiência. Assim, o novo Regulamento Interno prevê que a RMC possa ser dividida em duas partes. Um núcleo de movimentos de militarizados e civis a integrar na secção

de colocações da RGP, em acumulação de funções dado o baixo volume de mudanças de colocação nestas categorias; e uma secção autónoma da RER que herdará a estrutura e instalações da atual RMC e que configura uma mudança conservadora e segura, apenas de alteração de nível (de repartição para secção), Fig. 8.

Para que todas estas mudanças possam ocorrer com o desejado sucesso, foram

deslocações, transportes e suplemento de residência;

- Redução das dispensas de serviço e das escalas de embarque e de serviço diário.

Por fim importa sublinhar que esta transformação e redução de pessoal não afetou, antes pelo contrário, o objetivo permanente da DSP no que se refere ao relacionamento com cada um dos militares, militarizados e civis da Marinha. Para tal dar-se-á continuidade ao trabalho desenvolvido até agora pelo Gabinete de Gestão de Carreiras e será criado um inovador Gabinete para a Perspetiva de Género, focalizado no tratamento das questões que os militares femininos vieram colocar a uma organização ainda maioritariamente masculina. Estes dois Gabinetes, embora com autonomia, serão integrados na Secção de Planeamento e Carreiras da RGP, de modo a que das suas análises e conclusões se possam retirar ensinamentos com utilização tão imediata quanto possível na gestão do pessoal.

A transformação da DSP foi por diversas vezes estudada e planeada, quer no âmbito da SSP, quer do

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.



Fig. 6

identificadas algumas necessidades a que os setores da Marinha estão a prestar o necessário apoio:

Com implicações financeiras:

- Investimento em meios informáticos (em curso)
- Desmaterialização de processos (digitalização, armazenamento)



Fig. 7

- Adaptação das infraestruturas de atendimento e melhoria da habitabilidade (em curso)

E alterações regulamentares indispensáveis a uma nova organização:

- Revisão do Regulamento Interno (já efetuada)
- Alteração das competências dos chefes das Repartições (já efetuada)



Fig. 8

- Alteração do formato e acesso das Ordens (já efetuada)

- Ferramentas de controlo (Carreiras, Férias, Dispensas, Documentos) (em curso)

Feita esta transformação, levantam-se algumas pertinentes questões paralelas que se considera indispensável equacionar:

- Redefinição das necessidades face aos quantitativos aprovados, eliminando as necessidades que não possam ser satisfeitas;
- Repensar a duração das comissões dos

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

EMA, sem que se chegasse à fase de concretização. A situação de redução iminente de efetivos tornou esta necessidade premente. Mas as alterações propostas não se limitaram a responder a imposições externas, antes se procurou tirar partido de um novo ambiente externo para inovar, reformar, adequar e reduzir custos diretos e indiretos, tendo em vista a criação de uma administração de Recursos Humanos mais competitiva e moderna. Espera-se que desta transformação resulte uma verdadeira adaptação às necessidades futuras da Marinha, com a manutenção da qualidade e uma redução de custos e de efetivos que possa ser transferida para benefício do produto operacional.

ALEA JACTA EST!

Colaboração da DIREÇÃO DO SERVIÇO DE PESSOAL

Notas:

¹ Majoria-Geral da Armada era a designação à época do atual Estado-Maior da Armada.



PRÉMIOS REVISTA DA ARMADA

Dentro das solenidades do Dia da Marinha, decorreu no passado dia 24 de junho, no Salão do Gabinete do Almirante CEMA, a cerimónia de entrega dos prémios da Revista da Armada referentes ao ano de 2012.

O Almirante CEMA, ALM Saldanha Lopes, acompanhado pelo Chefe do Gabinete e dos seus elementos, do Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, do Comandante Naval, do Diretor e Corpo Redatorial da R.A. e colaboradores, procedeu à entrega do prémio "Comandante Joaquim Costa", destinado ao melhor trabalho publicado na R.A. no ano de 2012, ao Capitão-tenente Bruno Ricardo Amaral Henriques pelo artigo "O Tridente na América", publicado nos números 466 e 467.

Seguidamente, o Almirante CEMA fez a entrega do prémio "Almirante Pereira Crespo", destinado à melhor colaboração da R.A. no ano de 2012, com que foi contemplado o Capitão-de-fragata António Manuel Gonçalves pelos artigos "Almirante Alfredo Botelho

de Sousa, Geopolítico erudito e historiador de referência", "Navio-escola Sagres, Conceção teutónica, ténpera tropical e embaixador luso", "NRP Sagres, 50 anos 50 efemérides", "Fotografias Antigas, Inéditas ou Curiosas – NRP Sagres", "Almirante Henrique da Silva Horta – Alma de Marinheiro, líder carismático, trato de diplomata", "Almirante Manoel Maria Samento Rodrigues, Uma vida em prol da Marinha e de Portugal" e "O Endeavour II em Lisboa", publicados respetivamente nos números 460, 461, 467 e 468.

De seguida, o Almirante CEMA, após uma breve referência à ação da Revista da Armada no último ano, enalteceu os laureados reconhecendo o valor dos trabalhos premiados que contribuíram para a difusão cultural da Marinha e valorização da Revista da Armada.

Após a cerimónia o Almirante CEMA ofereceu um almoço aos premiados tendo estado presentes o Diretor e o Chefe de Redação da R.A.



O ALM CEMA entrega o prémio "Comandante Joaquim Costa" ao CTEN Amaral Henriques.



O ALM CEMA entrega ao CFR Manuel Gonçalves o prémio "Almirante Pereira Crespo".

Fotos: CABIZ Chorão

DIA DA MARINHA NOS AÇORES

As comemorações do Dia da Marinha 2013 nos Açores foram, na sua grande maioria, realizadas na ilha de São Miguel, decorreram entre 15 e 26 de maio e constaram de um programa que incluiu diversas atividades que envolveram as comunidades locais, tendo contudo sido realizadas atividades nos outros grupos do arquipélago, nomeadamente na Horta e na Praia da Vitória.

As atividades realizadas foram as seguintes:

- Visita ao Centro de Busca e Salvamento Marítimo de Ponta Delgada (MRCC Delgada) e mostra dos meios de salvamento disponíveis do ISN e Capitania aos Órgãos de Comunicação Social (OCS);
- Exposição estática dos meios de salvamento marítimo e de combate à poluição;
- Exposição temática de faróis e farolins no pavilhão das Portas do Mar;
- Batismos de mar;
- Batismos de mergulho;
- Regatas de vela ligeira;
- Regatas de vela de cruzeiro;
- Concurso de fotografia subordinado ao tema "Marinha nos Açores 2013";
- Visitas de escolas e público em geral ao NRP *Jacinto Cândido*, atracado no cais das Portas do Mar.
- Nas restantes ilhas da Região Autónoma, foram efetuadas também diversas iniciativas, nomeadamente regatas de vela e visitas aos faróis.



O concurso de fotografia teve uma grande adesão, tendo sido submetidas a concurso cerca de 200 fotografias. Com o resultado final deste concurso, foi elaborada uma exposição dos melhores trabalhos que esteve patente nas Portas da Cidade, no centro comercial Parque Atlântico e ainda nas Edilidades da Ribeira Grande e do Nordeste.

No dia 18 de maio, o CALM Pires da Cunha, Comandante da Zona Marítima dos Açores, convidou as mais altas entidades civis e militares para

um "Pôr-do-sol" no Palácio de Santa Rita, onde foi efetuada a entrega dos prémios aos primeiros lugares do concurso de fotografia.

O dia 20 de maio foi marcado com a celebração de uma Missa de Sufrágio na Igreja de São José, à qual se juntaram os Escuteiros Marítimos de Ponta Delgada que celebraram nesse mesmo dia o seu 12º aniversário. De seguida, junto do Monumento aos Marinheiros Mortos na I Grande Guerra, realizou-se uma cerimónia militar de deposição de uma coroa de flores.

Ao final da tarde, a bordo da corveta, houve ainda lugar a uma pequena cerimónia para a entrega dos prémios das Regatas do Dia da Marinha.

As diferentes iniciativas realizadas permitiram à população contactar e conhecer melhor as missões, as competências, os meios e as pessoas que servem a Marinha nos Açores.

Em termos de balanço das comemorações do Dia da Marinha nos Açores, pode afirmar-se que constituíram uma jornada de reforço do sentimento de utilidade pública da Marinha junto dos cidadãos e permitiram confirmar a forte ligação existente entre a Marinha e a comunidade açoriana, em especial os mais jovens, que participaram de forma entusiástica nos diversos eventos.

Colaboração do COMANDO DA ZONA MARÍTIMA DOS AÇORES



DIA DA MARINHA NA MADEIRA

O programa das comemorações do Dia da Marinha na Região Autónoma da Madeira (RAM) incluiu um conjunto alargado de atividades realizadas entre os dias 18 e 24 de maio.

O fim de semana de 18 e 19 de maio foi dedicado, em parte, à realização de provas desportivas com a colaboração dos clubes e associações náuticas dedicadas às modalidades de canoagem, vela de cruzeiro, vela ligeira, vela micro-magic, jet-ski, e pesca desportiva. A entrega de prémios foi realizada na Fortaleza do Pico, tendo presidido à cerimónia o Secretário Regional da Educação e dos Recursos Humanos.

Durante este fim de semana realizaram-se igualmente batismos de mar nas embarcações salva-vidas da Capitania do porto do Funchal, abertura do NRP *Schultz Xavier* ao público e visitas aos Faróis da Ponta do Pargo e de S. Jorge, na Ilha da Madeira e Farol do Ilhéu de Cima na Ilha de Porto Santo.

No dia 20 de maio, Dia da Marinha, realizou-se a já tradicional cerimónia de homenagem aos

homens e mulheres falecidos no mar, com o lançamento ao mar de uma coroa de flores na Baía do Funchal, com o Representante da República para a Região Autónoma da Madeira a presidir à cerimónia.

Esta cerimónia contou também com a presença do Major-General Comandante Operacional da Madeira, do Secretário Regional da Educação e

da estrutura regional de Proteção Civil, nomeadamente o SANAS-Madeira e uma Equipa de Emergência Médica de Intervenção Rápida. O objetivo do exercício foi o de testar a capacidade de coordenação entre as entidades à luz dos procedimentos em vigor, visando a melhoria da confiança e rapidez na troca de informação e consequente aumento da eficácia nas ações de busca, salvamento e socorro no mar. O cenário testou um naufrágio no mar, com necessidade de assistência médica no local, tendo sido pela primeira vez treinado o embarque de uma equipa médica a bordo de uma das embarcações salva-vidas.

Terminada a celebração do Dia da Marinha na RAM, são merecedoras de um especial agradecimento todas as entidades, públicas e privadas, que se associaram às várias iniciativas levadas a efeito, proporcionando inúmeras oportunidades de contacto com a população e com o mar.

Colaboração do COMANDO DA ZONA MARÍTIMA DA MADEIRA.



dos Recursos Humanos, em representação do Presidente do Governo Regional da Madeira, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional, em representação do Presidente da Assembleia Legislativa Regional e a Presidente do Conselho de Administração dos Portos da Madeira.

No dia 24 de maio decorreu um exercício de busca e salvamento marítimo, a Sul do porto do Funchal, com a participação de entidades

O CNOCA NO DIA DA MARINHA

Em ano de comemorações do seu 125º aniversário, o CNOCA apresentou um ambicioso programa que se iniciou em janeiro, com um almoço na sede do clube de antigos Presidentes da Direção, e se pretende fechar com a tradicional entrega de prémios em outubro.

Como tem sido habitual, na altura das comemorações do Dia da Marinha, o clube também se associou a esta efeméride, pelo que os eventos realizados em maio pretenderam celebrar esta dupla comemoração.

Assim, no dia 4 de maio, efetuou-se na Praia das Bicas (Meco) o V Troféu de Pesca Submarina DM13 / 125 anos CNOCA, no formato de duplas à barbatana. Este evento contou com o apoio da Delegação Marítima de Sesimbra, da Federação Portuguesa de Atividades Subaquáticas e do Clube Naval de Sesimbra (CNS). No próprio dia, após um almoço-convívio com os 24 atletas presentes, realizou-se a cerimónia de entrega de prémios no restaurante do CNS. Destaca-se o carácter social do evento, integrado num conjunto de jornadas intituladas de "Atlântico Solidário", tendo parte do pescado sido doado ao Centro Paroquial de Bem Estar Social do Castelo de Sesimbra.



O Golfe também esteve ativo neste período, tendo sido realizado, no dia 5 de maio, na Aroeira 1, o Torneio de Golfe "125 anos CNOCA" com a presença de 69 jogadores. No dia 30 de maio, realizou-se o 17º Torneio "Dia da Marinha", disputado também na Aroeira 1, que contou com a participação de 120 jogadores, entre convidados e representantes dos Clubes de Golfe do Exército e da Força Aérea e muitos atuais e antigos oficiais da Marinha. No mesmo dia cumpriu-se a distribuição de prémios, durante o jantar na messe da Guia, em Cascais.

Realizou-se mais uma vez o tradicional embarque do CNOCA no NTM *Creoula*, por ocasião do final da fase de treino do navio. Assim, após a entrada a bordo em Sesimbra no dia 10 de maio, os jovens familiares dos sócios navegaram durante dois dias tendo atracado, na BNL, no domingo dia 12 de maio pelas 11:00h. À chegada realizou-se um almoço-convívio na sede do clube, no qual participaram cerca de 150 pessoas, entre sócios e seus familiares e amigos, que vieram assistir ao desembarque do *Creoula* e se juntaram à volta de um suculento "porco no espeto", tendo proporcionado um excelente momento de convívio entre as diferentes gerações de sócios.

No dia 19 de maio, foi repetido o êxito do ano passado, cumprindo-se o 2º Torneio de Voleibol Feminino do CNOCA, no CEFA, contando com a presença da equipa do CNOCA e de três clubes convidados: Associação de Antigos Alunos do São João de Brito, o Sporting Clube de Torres e o Grupo Desportivo e Cultural do Casquilhos (do Barreiro), tendo a equipa da “casa” alcançado uma honrosa vitória. Relevante ainda foi o almoço-convívio realizado nas instalações do CEFA, que apoiou e viabilizou todo este evento.

Na semana de 20 a 24 de maio realizou-se o Torneio de Ténis do CNOCA – DM13, nos campos da BNL. Esta prova, da recém-criada secção de Ténis, contou com a presença de 9 jogadores, tendo também contribuído para apurar o escalonamento para o Torneio Escada, já a decorrer.

A vela esteve presente nas comemorações do Dia da Marinha em vários níveis: no dia

19 de maio realizou-se no estuário do Tejo, com largada e chegada na zona de Belém, a regata de Cruzeiros, contando com a presença de 41 embarcações em prova. Destaca-se a presença de 3 embarcações da Escola Naval com equipas mistas de oficiais e cadetes, tendo os dois veleiros Beneteau 25 obtido um digníssimo 1º e 3º. lugar na classe A + E. Também dois sócios do CNOCA estiveram presentes com as suas embarcações particulares, reforçando a presença do clube na prova.

No fim-de-semana de 25 e 26 de maio, foi a vez da vela ligeira, com regatas de windsurf, Snipe e Vaurien na zona do Alfeite (Mar da Palha). A prova de Windsurf foi mais uma etapa do Circuito Neilpryde RS:One Training Series 2013, a que responderam 13 velejadores, pontuando esta prova para o referido circuito nacional. Nas classes Snipe e Vaurien, estiveram presentes 36 velejadores, estando 12 a representar

o CNOCA (sócios, familiares e cadetes).

Pelo 2º ano, foi realizada a regata de remo Dia da Marinha, desta vez organizada pelo Clube Naval Barreirense, com o apoio do CNOCA. Inicialmente agendada para o dia 18 de maio na frente ribeirinha do Barreiro, perante condições meteorológicas mais desfavoráveis, foi necessário adiar a prova para o dia 1 de junho e apenas aberta para as classes Yole 4+ e Yoleta 4+. Com a presença de clubes de Lisboa e da zona do Barreiro, a prova cumpriu-se no braço do rio Coina, tendo a EN/CNOCA sido representada com duas equipas masculinas e uma feminina, num total de 15 atletas. Destaca-se o resultado obtido pela equipa feminina que, apenas com dois treinos de Yoleta, obteve um merecido 2.º lugar.



Colaboração do CNOCA

MEDALHA DO DIA DA MARINHA – 2013

Desde 1980 que, com regularidade digna de mérito, os três clubes do pessoal militar da Armada – oficiais, sargentos e praças – procedem à cunhagem de uma medalha comemorativa do Dia da Marinha, efeméride que surge sempre associada a um acontecimento relevante da História de Portugal.

No ano que decorre, a medalha comemorativa do Dia da Marinha – a 34ª da série – evoca os 500 anos da chegada do navegador Jorge Álvares à China, acontecimento que, segundo a generalidade das fontes documentais, terá ocorrido na ilha de Lin Tin no ano de 1513, portanto muito anterior a qualquer outra nação europeia.

Jorge Álvares aportou à China por feito dum junco comprado no Pegu, sendo ele o primeiro português a atingir estas terras do Celeste Império, levando consigo um padrão em Lintin. Segundo o Cap. ou Governador de Macau, Jorge de Albuquerque, sobrinho de Afonso de Albuquerque, em carta enviada a El-Rei, “...o outro hé Jorge Álvares, que vos fiz escrivão, por ser homem suficiente para isso e vos ter Em outras cousas, como na ida da China, em que foifeitor de um junco de Vossa Alteza, e ser o primeiro homem que pôs marco por Vossa Alteza; foi muito bem recebido; os chins folgam com nossa companhia”.

Lin Tin situa-se no Rio das Pérolas, entre Hong Kong e Macau e, é-nos grato pensar que, Jorge Álvares, olhando à direita, avistaria então o local da futura Cidade

do Santo Nome de Deus de Macau e, lançando o olhar à esquerda, enxergaria os picos de Lantao e do Castle Peak de Hong Kong. O que, nem ele então nem mais ninguém poderia imaginar é que a sua viagem iria iniciar uma nova era entre a China e a Europa, sem a qual Macau e Hong Kong jamais existiriam à face da

no, que mesmo Jorge Álvares ali pusera um ano antes que Rafael Perestrelo fosse àquelas partes; no qual ano que ali esteve ele tinha enterrado um seu filho, que lhe faleceu. E pêro (ainda que) aquela região de idolatria coma o seu corpo, pois por honra da sua pátria em os fins da terra pôs aquele padrão, não comerá a memória da sua sepultura, enquanto esta nossa escritura durar”.

O navegador Jorge Álvares não morreu pois a sua memória perdura para a eternidade no coração dos povos que, na Cidade do Santo Nome de Deus de Macau, souberam um dia construir uma relação de amizade e encontro de civilizações. Tal como referiu o imortal Poeta Luís Vaz de Camões no Canto I d’Os Lusíadas, “E aque-

les que por obras valerosas/Se vão da lei da Morte libertando/Cantando espalharei por toda a parte/Se a tanto me ajudar o engenho e arte”.

A medalha comemorativa do Dia da Marinha de 2013 foi concebida pelo CMG Valente Zambujo, autor de 28 das 34 medalhas até ao momento cunhadas alusivas à efeméride. Trata-se de uma peça de elevado valor artístico e interesse escultórico que o colecionador de medalhística terá gosto em possuir. Os interessados poderão adquiri-la nas instalações do Clube Militar Naval, Clube de Sargentos da Armada ou no Clube de Praças da Armada.



terra, pelo menos da forma como hoje as conhecemos.

Pouco tempo decorrido após a sua chegada a Lin Tin, Jorge Álvares vê morrer o seu filho. E é precisamente nessa terra longínqua que ele o sepulta, junto ao Padrão por si ereto e que assinala a chegada dos portugueses àquelas paragens do continente asiático.

Em 1521, Jorge Álvares regressa pela terceira vez à China. Ali faleceu e foi sepultado, abraçando extremosamente o seu querido filho e a terra à qual ficou ligado para todo o sempre.

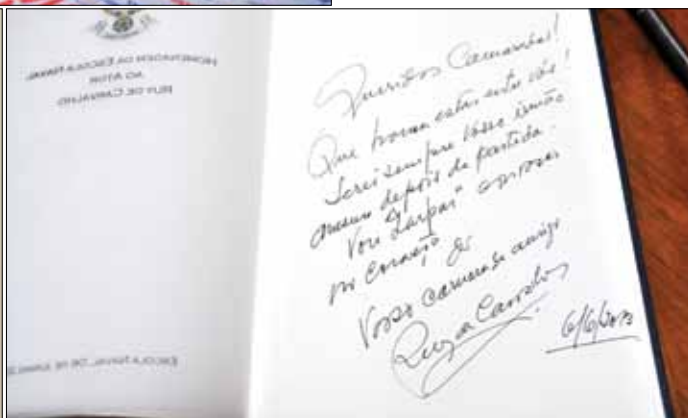
Conforme referiu o historiador João de Barros na sua Terceira Década, Liv.VI, Cap.II “...e foi enterrado ao pé de um padrão de pedra com as armas deste rei-



HOMENAGEM AO ACTOR RUY DE CARVALHO NA ESCOLA NAVAL

O actor português Ruy de Carvalho foi homenageado no passado dia 6 de Junho, na Escola Naval, assinalando-se os 65 anos sobre o início das filmagens da película “Eram 200 Irmãos”, onde interpretou o personagem de um jovem cadete da Marinha. O filme, realizado entre 1948 e 1951 por Armando Vieira Pinto, tem como tema a vida dos alunos da Escola, com especial enfoque para a relação de camaradagem e espírito de entreajuda que continua a ser uma referência do nosso dia-a-dia. Num enredo próprio da vivência de quem tem vinte anos de idade, os rapazes da “camarata 21” são 5 dos 200 irmãos que integram o Corpo de Alunos: alegres e apaixonados como todos os jovens, ufanos das suas façanhas e ciosos do seu dever, como é próprio dos cadetes. O filme marcou uma época do cinema português e teve um efeito muito especial na Marinha, merecendo ainda hoje a nossa atenção pelos valores morais que evoca, e com os quais a Escola Naval continua a identificar-se e a pugnar.

O extraordinário actor que é Ruy de Carvalho dava, nesse tempo, os primeiros passos da longa e extraordinária carreira artística. É, talvez, o último sobrevivente do elenco então escolhido pelo realizador, desempenhando um papel que está bem à medida das qualidades que todos lhe reconhecemos e que conti-



nuamos a admirar. Teve, por isso, a Escola Naval a iniciativa de o convidar a visitar as suas instalações e conhecer os cadetes do dia de hoje, convivendo um pouco com eles e revivendo os tempos em que aqui esteve durante as filmagens de há 65 anos. Durante a sua permanência, teve ocasião de conhecer novas instalações e equipamentos e visitando o museu escolar, onde autografou os dois cartazes que na época anunciavam o filme “Eram 200 Irmãos”. Foi homenageado na formatura diária, em que foi lida a nota biográfica que abaixo se transcreve e onde teve oportunidade de dirigir aos alunos algumas palavras de sentida comoção. Para além do extraordinário talento enquanto actor, Ruy de Carvalho é conhecido pela sua militância cívica, não hesitando em partilhar connosco os valores que lhe inspirou aquela formatura de jovens cadetes da Marinha. “Amai a vossa Pátria e dêem-lhe tudo o que ela merece” – foram as palavras com que encerrou o seu pequeno e emocionado discurso. A Escola Naval viveu um momento alto na partilha de valores que lhe são muito caros e que têm um especial significado na educação dos seus alunos.

J. Semedo de Matos
CFR FZ

N.R.

O autor não adota o novo acordo ortográfico.

RUY DE CARVALHO

O actor Ruy Alberto Rebelo Pires de Carvalho nasceu a 1 de Março de 1927, na cidade de Lisboa. Filho de um Oficial do Exército e de uma professora de música e pianista, que foi aluna de Viana da Mota, foi criado num ambiente ligado às artes e ao espectáculo, observando a carreira de dois irmãos mais velhos no mundo do teatro. Pisou pela primeira vez o palco com sete anos de idade, na cidade da Covilhã, numa representação infantil, de cuja memória guarda apenas a ansiedade de entrar em cena e de querer fazer tudo bem feito. Com 15 anos integrou um grupo de teatro amador e participou na primeira produção teatral, dirigido por Francisco Ribeiro (o conhecido Ribeirinho), seguindo-se a frequência do curso de Teatro no Conservatório Nacional, que concluiu com a classificação de 18 valores, e o abraçar de uma carreira profissional que começou no Teatro Nacional D. Maria II, dirigido então pela batuta de Amélia Rey Colaço.

Desde então, a sua voz e presença foi uma constante na vida dos portugueses que cedo se habituaram a admirá-lo nas salas de espectáculo, no teatro radiofónico, no cinema e, mais tarde, também na televisão, onde ainda hoje é uma presença constante e uma referência de excelente artista.

Da companhia de Amélia Rey Colaço e Robles Monteiro, no Teatro Nacional, passou para o Teatro Nacional Popular, dirigido por Ribeirinho e, cinco anos depois, para o Teatro Monumental, do empresário Vasco Morgado. Naquelas décadas de cinquenta e sessenta, do passado século, o teatro era, provavelmente, a forma de expressão artística preferida do público português, permitindo a existência de várias companhias de teatro comercial, que ocupavam muitas salas de espectáculo na capital e na cidade do Porto, realizando digressões por todo o país, com grande êxito. Sem a omnipresença da televisão, que hoje temos, a atracção pelo espectáculo cénico, enquanto lugar privilegiado de sonho e fantasia, era muito intensa num público que distinguia bem os espaços do teatro e do cinema.

Ruy de Carvalho conseguiu assim construir uma carreira que passou pelo teatro comercial, destinado ao grande

público, e por várias experiências de teatro de repertório, interpretando personagens mais elaborados, em textos de autores consagrados, que foram grandes desafios profissionais e que hoje recorda com o prazer próprio de um grande actor que analisa a riqueza do seu percurso artístico. Não podemos enumerar aqui todos os seus êxitos, nem é possível fazer deles um resumo abreviado sem conspurcar a sua grandeza. Digamos



que foram muitas centenas de produções teatrais a que se juntam os filmes, as telenovelas, séries televisivas e muitas outras realizações artísticas. Dos diversos filmes em que participou, realçamos a produção "Eram Duzentos Irmãos", realizado por Armando Vieira Pinto, em



1948. Faz agora 65 anos. O enredo da película desenrola-se na Escola Naval e na "Sagres", tendo como personagens principais um grupo de cadetes da "camarata 21": jovens de diversas origens, divididos nas encruzilhadas da vida, entre paixões e contingências, unidos no espírito de corpo e na fraternidade dos 200 irmãos que são os alunos da Escola

Naval. Era o mundo dos cadetes, no final dos anos quarenta do século XX, não muito diferente, na sua componente humana, daquilo que ainda é hoje.

Com uma carreira de cerca de 66 anos, o actor Ruy de Carvalho construiu uma reputação artística ímpar, que mereceu relevo além-fronteiras e a todos nos orgulha, enquanto seus compatriotas e admiradores. Em Portugal recebeu múltiplas distinções e galardões, de que

destacamos as condecorações com a "Medalha de Mérito Cultural do Governo Português", o grau de comendador e a Grã-Cruz da "Ordem do Infante D. Henrique" e o grau de comendador da "Ordem de Sant'Iago da Espada". Esta última atribuída em 1998, quando fazia a peça "O Rei Lear", de William Shakespeare, no Teatro Nacional D. Maria II, e imposta pelo Presidente Jorge Sampaio, em acto público que teve lugar no final de um espectáculo. Em 2010, receberia ainda o grau de oficial desta mesma ordem, que se destina a premiar o mérito científico

literário e artístico.

Esta Escola viu-o há 65 anos como o cadete António Jacinto, de "Eram Duzentos Irmãos", mas essa memória foi constantemente avivada pelos êxitos que foi acumulando. A homenagem que hoje lhe prestamos é um tributo de reconhecimento do valor artístico de um grande actor, a que é preciso juntar e realçar a militância cívica exemplar, sobretudo virada para a cultura e para as grandes questões sociais do nosso tempo, não hesitando em colocar o seu prestígio, enquanto figura pública, ao lado das mais nobres causas. É a grandeza de quem, apesar de tudo, se define como um homem simples. Tão simples como só o conseguem ser as figuras de carácter singular e enorme generosidade. Um grande artista, um grande homem de cultura e um exemplo de vida guiada pelo *talant de bien faire*, que foi lema do Infante D. Henrique e nos inspira a todos nós.

Bem-haja senhor Ruy de Carvalho.

J. Semedo de Matos
CFR FZ

N.R.

O autor não adota o novo acordo ortográfico.

S. ROQUE RESTAURADO

Decorreu, de Janeiro a Abril do corrente ano, o tratamento de conservação e de restauro do retábulo do altar-mor da Capela de S. Roque do antigo Arsenal da Marinha.

O retábulo, alusivo à vida de S. Roque, é constituído por uma tela de 3,60X2,20m, que data do último quartel do século XVIII, não se encontra assinada e está atribuída a José da Costa Negreiros.

Não é a primeira vez que é restaurado, mas as condições de luz e humidade em que se vê envolvido, não sendo as melhores, têm contribuído para uma sucessiva degradação.

A Unidade de Apoio às Instalações Centrais da Marinha achou que era altura para atuar e, nesse sentido, contratou para executar a obra um especialista nesta área, José Mendes, conservador restaurador de pintura de cavalete, com larga experiência desde 1996.

José Mendes é atualmente Doutorando em Conservação de Pintura pela Universidade Católica Portuguesa do Porto e para este trabalho, dadas as dimensões da obra, teve a colaboração de Dina Reis, Mestre em Conservação e Restauro de Pintura pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa.

Foi acordado que a intervenção seria realizada nas instalações da Capela e da sacristia, permitindo assim à família naval acompanhar os trabalhos de recuperação da pintura e observar em tempo real a obra que com estes se foi revelando.

Indagado o Dr. José Mendes sobre o estado em que a pintura se encontrava, afirmou:

"Esta pintura apresentava problemas de aderência da camada pictórica ao suporte de tela, o que causou a sua perda em alguns locais e o risco eminente do seu destacamento em outros. O verniz de proteção encontrava-se bastante oxidado, escurecido e com sujidade depositada,

o que dificultava a leitura formal da obra e falseava a observação correta das cores. O suporte apresentava pequenos rasgos e perfurações, muitos deles resultantes de pregos que foram introduzidos posteriormente na grade (estrutura retangular em madeira que sustenta a tela). Rasgos antigos, de maiores dimensões, que foram unidos num anterior restauro, encontravam-se cobertos com tinta, que sobrepunha não só a área danificada como a pintura original periférica. Resultado de um restauro anterior, foi também a aplicação em toda a tela, pelo verso, de um adesivo à base de cera e resina, o qual devido à sua quantidade excessiva, incrementava bastante peso à pintura, deformando-a e tornando-a quebradiça".

Sobre a grade de madeira, disse:

"(...) para além dos referidos pregos que perfuravam o suporte de tela, a grade tinha fendas que surgiram com o envelhecimento da madeira e ainda algumas imperfeições de construção, tais como arestas vivas e rugosidade na face das

continue a degradar e as segundas pretendem devolver-lhe a sua função e leitura original.

As medidas de conservação são sempre colocadas em primeiro lugar e neste trabalho consistiram resumidamente na fixação da tinta em destacamento ao suporte de tela; na recuperação dos danos desse suporte e eliminação do excesso de adesivo que ele continha; e na extração dos pregos da grade de madeira e aplanamento das suas irregularidades. Ainda concerner à grade, destaca-se que se mantiveram as irregularidades na face que não está em contacto com a tela, porque estas revelam informações acerca das ferramentas usadas na construção desta peça de madeira, que parece ser original.

A preocupação em interferir o menos possível com a originalidade da obra, um dos princípios da profissão de conservador restaurador, foi também uma das constantes nas operações de restauro, tendo sido por isso removida a tinta que sobrepunha a pintura original, aplicada em anteriores restauros, bem como o verniz alterado e a sujidade que cobria toda a superfície. A reintegração cromática cingiu-se apenas às áreas em que a tinta original se perdeu e o novo verniz foi escolhido e aplicado de forma

a saturar convenientemente as cores e a conferir um brilho adequado às características da obra e à iluminação da capela.

Os materiais utilizados neste tratamento de conservação e de restauro têm características especiais, que os diferem dos utilizados normalmente em belas artes, que são a compatibilidade com os materiais da obra em que são aplicados, a durabilidade e a possibilidade de serem facilmente removidos no futuro."

Concluídos os trabalhos de conservação e restauro, a tela foi colocada na grade e o conjunto posicionado no espaço respetivo.

De salientar que o trabalho foi acompanhado por alguns "marinheiros", nomeadamente os mais antigos, conhecedores da obra há muitos anos e que por ela têm um sentimento de pertença, e que quase diariamente iam observando o andamento dos trabalhos.

Face à pouca profundidade da Capela de S. Roque, ao posicionamento das janelas e à grande dimensão da pintura, que dificultam a sua perfeita visibilidade, a Marinha colocou um sistema de iluminação para uma melhor observação da excelente pintura.

Luíís Roque Martins
CALM EMQ

Nota

Na página seguinte apresenta-se a pintura após os trabalhos de conservação e restauro.



Fotos: SCHA L. Camalho



tábuas que estava em contacto com a pintura, o que lhe causou marcas e orifícios".

Acerca do tratamento efetuado, José Mendes referiu que "este se pode separar em medidas de conservação, por um lado, e de restauro, por outro. As primeiras visam impedir que a obra se



EVOCAÇÃO DO HOSPITAL DA MARINHA

Com a entrada em vigor do decreto-lei que cria o Hospital das Forças Armadas deixou de existir o Hospital da Marinha e para assinalar este facto o Almirante CEMA deslocou-se ao velho edifício do Campo de Santa Clara onde se reuniu com cerca de oitenta convidados entre oficiais, sargentos, praças e civis maioritariamente ligados ao Hospital.

A sessão começou com uma breve alocução do atual diretor do polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas, Major-General Silva Graça, seguindo-se uma alocução do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante

Saldanha Lopes, e por fim uma palestra subordinada ao tema “Contributo histórico do Hospital da Marinha para a Saúde Naval e Hospitalar” proferida pelo CALM Menezes Cordeiro, Diretor de Saúde, que a seguir se transcreve.

Teve lugar em seguida uma sessão de fotografias de que se destacou uma fotografia do Almirante CEMA com todos os antigos diretores e também com todos os antigos membros da guarnição presentes.

Por fim realizou-se um almoço na antiga farmácia do Hospital da Marinha.

CONTRIBUTO HISTÓRICO DO HOSPITAL DA MARINHA PARA A SAÚDE NAVAL E HOSPITALAR

1797-2012 Duas datas que balizam o funcionamento do Hospital da Marinha.

Em termos históricos dez gerações abrangendo toda a idade contemporânea desde os finais do século XVIII até à segunda década do século XXI.

Em termos de contributo, para além do extenso período de assistência prestada aos recursos humanos da Marinha, diversas inovações pioneiras com inegável impacto na assistência hospitalar em Portugal.

O mentor da sua edificação foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Os modelos que o inspiraram, em voga na época iluminista em que viveu, foram a razão, a abertura à inovação e a valorização da pessoa humana. Estes princípios orientadores integraram de modo indelével a cultura desta casa e múltiplas vezes ao longo destes mais de 200 anos emergiram proporcionando contributos valiosos para o progresso da saúde hospitalar e extra hospitalar e não apenas no âmbito da Marinha. Político e diplomata bem informado sobre a actualidade europeia da época, preocupou-se com o desenvolvimento de um vasto programa de reformas para Portugal. Ciente da importância do poder naval num país de vocação marítima atlântica, desenvolveu toda uma actividade com vista a reforçar a Marinha. Nesse contexto identificou como fundamental a criação dum hospital próprio para controlo mais eficaz dos recursos humanos navais e ainda para abastecimento de medicamentos e material sanitário para os navios e instalações hospitalares fora do continente europeu.



No final do século XVIII em que esta iniciativa teve lugar em Portugal, o conceito de Hospital como interveniente terapêutico aparece como uma novidade. A consciência de dever ser um estabelecimento destinado a curar e não um asilo, é materializada por uma nova prática de que fazem parte a visita e a observação sistemática e comparada. Surge nesta altura a noção da necessidade da presença e da participação contínua do médico no hospital o que se designou por “medicalização hospitalar”. Tendo apadrinhado esta filosofia, pouco depois de ter assumido

a função de Ministro da Secretaria da Marinha e Domínios Ultramarinos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho obtém um alvará régio em 16 de Outubro de 1796, pelo qual é criado o Hospital da Marinha e um outro alvará em Setembro do ano seguinte que determinava a construção dum edifício próprio de raiz. Foi como tal único em Lisboa até à construção do hospital de D. Estefânia 70 anos mais tarde. As obras foram dirigidas pelo arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri e foi inaugurado a 1 de Novembro de 1806. Para a época era uma construção de vanguarda que procurava seguir os princípios mais inovadores de concepção hospitalar. Tinha três corpos e um horto botânico. Dispunha de tubagens para águas quentes e frias, com aquecimento das águas do Balneário e uma concepção racional das cozinhas, conjunto de inovações que o colocaram num patamar de modernidade único na capital. De notar que nessa data a distribuição de água ao domicílio na cidade ainda não existia.

Presenciou este hospital desde a sua inauguração, e quase de imediato, diversos eventos marcantes na história de Portugal:

No ano seguinte à sua inauguração assistiu à partida da Rainha e da Corte para o Brasil e logo a seguir à ocupação de Lisboa pelo exército de Junot e do hospital por cirurgiões e médicos franceses.

No ano seguinte em 1808, após a retirada da primeira invasão francesa e no cumprimento do estipulado na convenção de Sintra, à presença e colaboração de médicos portugueses, ingleses e franceses, com enfer-

maria separadas atribuídas a doentes destas três nacionalidades.

Em 1821, ao regresso da Corte do Rio de Janeiro com o novo Rei D. João VI.

À guerra civil 1828-1834 tendo no governo de D. Miguel, servido de hospital-presídio e nesse contexto tendo-lhe sido colocadas grades nas janelas.

Na segunda metade do século XIX, teve lugar na Europa e na América do Norte uma série de inovações na concepção hospitalar decorrentes entre outras das obras de Casimir Tollet e de Henry C. Burdette "Hospitals and asylums of the world" inspiradas pelos trabalhos de Pasteur sobre o papel das bactérias como agente de doenças e de Kock sobre os perigos do contágio. Foi nesse período idealizada uma ampla revisão da arquitectura e logística hospitalar à luz de novos conceitos. Procedeu-se a uma reprogramação das características físicas das unidades hospitalares, estudando de forma sistemática o espaçamento das camas, as condições de insolação e ventilação das salas, as instalações de calefação, a circulação do

ar. Começaram a ser avaliados com carácter sistemático custos por paciente e coeficientes de mortalidade. A esta nova filosofia não foram alheias as inovações que ocorreram no Hospital da Marinha. D. Pedro V visita o Hospital, que depois de obras de modernização é considerado na imprensa Lisboa como "gozando de justificado conceito pelo asseio e rigor com o serviço que nele é desempenhado". Muitas outras inovações do ponto de vista técnico sofreu esta casa sempre no intuito de acompanhar a modernidade hospitalar. Para além destas houve inegáveis contributos culturais. De inequívoco valor artístico, faz parte a colocação logo em 1814 da estátua do Príncipe Regente D. João, no local onde ainda está e que por isso foi designado por sala do Príncipe. Exponente máximo do neoclassicismo português é uma obra prima do escultor João José Aguiar discípulo de Canova. Por meados do século passado foram colocados azulejos na referida sala e no andar superior no piso da capela e da biblioteca. Hoje são também considerados uma referência artística.

É este edifício um importante documento histórico, testemunho cultural da Marinha merecedor como tal de respeito, preservação e protecção. Em França o antigo hospital de Marinha de Rochefort ficou inscrito em 1964 nos monumentos históricos, o que lhe proporcionou recursos suficientes para a sua preservação.

Teve o Hospital da Marinha uma intervenção marcante na história da Medicina Portuguesa através de figuras célebres que nele serviram.

Inácio Xavier da Silva é o seu primeiro Director até 1824 durante 27 anos.

Teodoro Ferreira de Aguiar foi cirurgião-Mor da Armada. Elaborou um plano de

"Curso de Cirurgia" para funcionar no Hospital Real da Marinha, que veio a servir de matriz para as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto.

Bernardino António Gomes, Pai, médico do primeiro corpo clínico do Hospital da Marinha, é considerado o fundador da dermatologia portuguesa. Botânico e químico com prestígio europeu, autor de estudos científicos de relevo foi referido como um dos mais



importantes cientistas mundiais, ao nível de Pasteur, Koch e Roux. Foi também um promotor da vacinação anti-varíola em Portugal, ao fundar, junto com outros médicos, a Instituição Vacínica em 1812, da qual foi director.

Bernardino António Gomes, filho, formado em Paris, nomeado director em 1834 pelo



duque de Bragança após o término da guerra civil, foi o primeiro médico a utilizar o clorofórmio em Portugal e um aparelho de inalação de éter, como forma de anestesia. Estudou a fundo as epidemias motivado em grande parte pelo contacto que tivera no decurso da guerra com a cólera-morbus no cerco do Porto e que em seguida se disseminou por todo o País causando um número de mortos superior ao da própria guerra. Foi o fundador e colaborador da Gazeta Médica

de Lisboa e do Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. Participou em 1876 na Farmacopeia Portuguesa.

Promoveu uma profunda reforma da saúde naval através de medidas algumas com projecção que perdurou até aos nossos dias e de que se destacam:

- Criação dum quadro único de médicos e cirurgiões;
- Criação do lugar de "médico de dia", com permanência de 24 horas seguidas no Hospital e obrigatoriedade da presença dos farmacêuticos no Hospital;
- Reavaliação curricular de todos os cirurgiões e boticários (farmacêuticos);
- Obrigatoriedade dos médicos do quadro nos navios de prestarem serviço no Hospital;
- Criação no Hospital da Marinha do primeiro serviço de Psiquiatria com características modernas de acordo com um modelo que depois foi reproduzido no estabelecimento do Hospital de Rilhafoles, antecessor do hospital Miguel Bombarda;
- Elaboração duma tabela de dietas com suporte científico;

- Estabelecimento de concursos públicos para fornecimento de medicamentos e de alimentos;

- Proposta de criação, no âmbito da administração central da Marinha Real de uma "Repartição de Saúde Naval", antepassada da actual Direcção de Saúde;

- Proposta de criação de Escolas Médico-Cirúrgicas em todas as capitais das possessões portuguesas vindo a ser concretizadas em Goa e no Funchal.

Manuel Maria Rodrigues Bastos, director em 1856, promove um novo impulso renovador ao Hospital. Para além duma remodelação do edifício com deslocação da capela e gabinetes da Direcção para o local onde até agora permaneceram, tomou as seguintes medidas:

- Criação em 1860 do corpo de enfermeiros da Armada e unificação do quadro de Enfermagem contemplando o Hospital, os navios e o quadro do Ultramar;

- Criação do corpo de Aspirantes a Facultativos Navais na Escola Naval, que funcionou até ao advento da República. Recentemente foi aí recriado em 1999 com a colaboração da Faculdade de Medicina;

- Imposição de regras obrigatórias de higiene nos navios com inspeções médicas regulares para avaliar o estado das guarnições e efectivos. Antes da partida para as estações ultramarinas, todos os navios, guarnição e passageiros passaram a ser inspecionados.

O ensino da enfermagem no Hospital da Marinha começa em 1892 prolongando-se até 1979 data em que a Escola de Enfermagem da Armada com quase um século de existência é incorporada na Escola do Serviço de Saúde Militar.

Em 1887 inicia-se pela primeira vez em Portugal o ensino de "Higiene e Doenças

Tropicais". Começa na Escola Naval, muda-se para o Hospital da Marinha e depois para o topo oriental da Cordoaria. Em 1902 por carta do rei D. Carlos toma a designação de Escola de Medicina tropical. É então director e nela foi professor o médico naval Aires Kopke. Em 1935 passa a ser designado por Instituto de Medicina Tropical e em 1958 transita para um novo edifício vizinho da Cordoaria a Escola de Higiene e Medicina Tropical. Também nesta vizinhança é edificado o antigo hospital do Ultramar, hoje Hospital Egas Moniz.

Após a implantação da República o Hospital foi visitado pelo presidente António José de Almeida que pessoalmente teve contacto com uma inovadora "Sala de Cirurgia", antepassada dos actuais "Blocos Operatórios", com mesa operatória móvel e iluminação adequada.

A valência de Radiologia institui-se no tempo da 1ª Guerra Mundial e a Urologia nos finais da década de 20.

O primeiro serviço de apoio assistencial aos tuberculosos da Armada parte do Hospital da Marinha. A vacinação pela BCG é obrigatória na Armada três anos antes de se generalizar no País.

Na década de 30 decorreram por iniciativa da Marinha as primeiras campanhas com suporte científico contra as doenças sexualmente transmitidas.

No decurso da 2ª Guerra Mundial desenvolveu-se autonomamente com grande projecção a ORL e a Oftalmologia.

Já no fim da década de 40 do século passado o médico naval Tovar Faro funda o "Dispensário de Higiene da Armada" com um programa de profilaxia de doenças venéreas que teve um reconhecido êxito. Em 1948, sendo Director do Hospital da Marinha, este oficial é nomeado Enfermeiro-Mor dos Hospitais Cívicos de Lisboa (designação atribuída ao médico Responsável máximo).

Neste mesmo ano de 1948 o primeiro Serviço de Anestesia do universo hospitalar português nasce no Hospital da Marinha por iniciativa do oficial médico naval Mário Santos. Aí é instalado o primeiro ventilador de respiração assistida existente em Portugal.

Desde o início da década de 60 até 1974 com a guerra de África, o Hospital adapta-se à nova realidade de final da cadeia de evacuação dos múltiplos serviços de saúde espalhados pelos diversos territórios operacionais.

Foi inaugurado em 8 de Julho de 1980 o Laboratório de Análises Fármaco-Toxicológicas, LAFTM – onde pela primeira vez em Portugal e de forma pioneira a nível mundial a par com os EUA, se criou um programa de rastreio a consumos abusivos. Foi obra do Oficial Farmacêutico Naval Professor Carlos Silveira que veio a desempenhar o cargo de

Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos. Hoje localizado fora da estrutura hospitalar este laboratório é uma unidade de referência nacional.

Também o tratamento de toxicodependências, seguindo o método Minesotta, teve início no Hospital da Marinha nos anos 80. Constitui actualmente uma unidade autónoma com instalação própria desde os finais da década de 90.

Em 1989 entra em funcionamento o Centro de Medicina Hiperbárica, utilizando conhecimento proveniente do Serviço de Saúde da Esquadilha de Submarinos. Progressivamente modernizado, ao serviço dos três Ramos e da população civil é hoje um serviço autónomo, único pela sua dimensão, refe-

Para além do longo serviço que prestou à Marinha durante mais de dois séculos, provavelmente poucas instituições como o Hospital da Marinha proporcionaram um tão vasto leque de contributos para a assistência sanitária em Portugal. Cronológica e sinteticamente através dos seus colaboradores foi determinante entre outras:

- Na elaboração dum plano de curso que serviu de matriz para as Escolas Médicas-Cirúrgicas de Lisboa e Porto;
- Na promoção da vacinação anti-varíola em Portugal;
- Na criação da especialidade de dermatologia;
- Na utilização dos primeiros processos de anestesia e, mais tarde, na criação do

primeiro Serviço de Anestesia do universo hospitalar português;

- Na fundação da Gazeta Médica de Lisboa e do Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa;

- Na criação do primeiro serviço hospitalar moderno de Psiquiatria;

- Na criação da especialidade de "Higiene e Doenças Tropicais";

- Na obrigatoriedade da vacinação pela BCG;

- No lançamento das primeiras campanhas com suporte científico contra as doenças sexualmente transmitidas;

- Na profissionalização de carreiras de saúde;

- Na criação dum Laboratório de toxicologia onde pela primeira vez em Portugal se desenvolveu um programa de rastreio a consumos abusivos;

- Na criação dum Centro de Medicina Subaquática e Hiperbárica e da competência médica da diferenciação correspondente.

Em Agosto do ano transacto foi determinada a fusão dos hospitais militares na área metropolitana de Lisboa. Nos oito meses que se seguiram foram sendo progressivamente

desactivadas as valências existentes e transferidas para o polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas. No final do mês de Abril passado encerra o último serviço hospitalar o de Imagiologia.

O Hospital da Marinha cessou o seu desempenho assistencial.

Persistirá sempre na memória daqueles que aqui exerceram a sua actividade e daqueles que os seus serviços utilizaram. Para a história e para as gerações futuras fará parte indissociável do património cultural da Marinha Portuguesa onde ocupará o lugar de destaque que merecidamente conquistou.



J. Menezes Cordeiro
CALM MN



rência europeia, credenciado pela NATO, reconhecido pela Ordem dos Médicos e pelas Faculdades de Medicina como entidade idónea e formadora. Juntamente com a FML e a Escola Naval organizou recentemente a 1ª pós graduação em Medicina Subaquática e Hiperbárica.

Na primeira década do século XXI o Hospital da Marinha, antigo na sua vertente cultural mas sempre atento à actualidade, moderniza-se notavelmente. É o seu último grande impulso renovador. Adquiriu equipamento de topo e readaptou os serviços de acordo com as mais recentes regras de funcionalidade. Para tal contribui em parte um incidente ocorrido com uma ruptura numa conduta da EPAL de que resultou uma avultada substituição de material danificado por equipamento moderno. Ficam serviços de ponta a Estomatologia, o Bloco Cirúrgico, a Imagiologia, a Medicina física e de reabilitação.

Fotos: 1SAR FZ Pereira

XXXIIª PEREGRINAÇÃO MILITAR A FÁTIMA

Realizou-se nos dias 20 e 21 de junho, a XXXIIª Peregrinação Militar a Fátima, com a presença dos três ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

A Peregrinação iniciou-se na tarde de 5ª feira com um momento de reflexão orientado pelo Bispo das Forças Armadas e de Segurança, D. Januário Torgal Ferreira, numa das capelas da nova Basílica da Santíssima Trindade.

Ainda no dia vinte, pelas 21h, junto à capelinha das Aparições os peregrinos foram convidados a participar na oração do Terço e seguiu-se a sempre emocionante Procissão de Velas no Santuário, onde foi notória a presença dos peregrinos da Marinha.

No dia 21 de junho, os peregrinos juntaram-se novamente na Capelinha das Aparições para iniciarem o cortejo



Fotos TSAR/EZ Pereira

tro da Defesa Nacional, o Ministro da Administração Interna e todos os Chefes de Estado-Maior dos vários Ramos. De assinalar também a presença simpática do Ministro do Interior de Espanha.

Durante a Eucaristia foi prestada a habitual e sempre sentida homenagem aos militares falecidos.

É um sentimento generalizado que participar numa iniciativa deste teor – e o número de peregrinos da Marinha tem aumentado expo-

nencialmente – deixa sempre marcas que queremos reavivar na peregrinação do próximo ano.



*P. Graça Barreiro
CFR AN*

litúrgico em direção à Basílica da Santíssima Trindade, para o momento mais alto desta Peregrinação.

Presidii à Eucaristia solene, cuja animação litúrgica e musical foi da responsabilidade da Marinha, o Bispo militar acompanhado de muitos capelães.

Também presentes estiveram o Minis-

VIGIA DA HISTÓRIA

57

INTRIGAS DA ÍNDIA

Por morte do Vice Rei D. Garcia de Noronha, passou D. Estevão da Gama a exercer o governo da Índia.

A acção de maior vulto em que este Governador se envolveu consistiu, em 1541, numa expedição ao Mar Vermelho com o propósito de destruir a armada que o Sultão ali preparava.

Dado que os maiores navios da armada portuguesa ficaram junto às costas da Abissínia, somente os navios ligeiros chegaram a Suez revelando-se inadequados para o propósito que ali os levava.

Vários terão sido os motivos que conduziram a este insucesso e, nas justificações apresentadas ao Rei o Governador apresenta como a principal o facto de alguns dos fidalgos não quererem servir a Coroa combatendo.

Na carta de 25 de Outubro de 1541, dirigida ao Rei, D. Estevão da Gama refere-se a esses fidalgos afirmando que “não cumpria a V.A. tê-los cá porque ... são causa de outros que serviriam bem não o fazerem” para de seguida identificar, aquele que parece ter sido o principal responsável ao indicar “como D. João de Castro ... que mostrou muito que nunca em tal crera nem cuidara ... nunca vi como ele, nem tanto dano poder fazer entre gente manceba e peça.”

As acusações a D. João não ficaram contudo só assim, já que acrescenta ainda o Governador que, no tempo do cunhado, o Vice Rei D. Garcia de Noronha, nunca o vira tomar parte em qualquer armada onde fosse preciso gastar dinheiro ou combater.

As referências a D. João de Castro, tal-

vez como justificação para o ter anteriormente elogiado terminam assim:

“bem sei que para sondar barras e debuxar saberá bem fazer”.

Ambos os protagonistas regressaram ao Reino no mesmo ano, tal como tinha ocorrido à ida.

Parece inegável que as acusações formuladas por D. Estevão da Gama não tiveram qualquer influência já que, pouco depois em 1545, D. João de Castro voltava à Índia como Governador e, mais tarde Vice Rei.



Com. E. Gomes

Nota: Também D. João de Castro em carta de 1541 não deixa de, embora de forma mais subtil, criticar a acção do Governador.

Fonte: Gavetas da Torre do Tombo, XIII.

RESSONAR

O Ressonar - Roncopatia - é o barulho mais ou menos intenso produzido pelas vias aéreas superiores durante o sono. Esta perturbação do sono, apesar de muito frequente, deve ser considerada um sinal de alarme e não um acontecimento normal na vida de uma pessoa. Quando presente, não deve ser ignorado, mas sim avaliado e tratado.

A roncopatia é frequente na sociedade atual. Cerca de 45% dos homens, 25% das mulheres e 17% das crianças ressonam diariamente.

O ressonar não é mais do que o ruído provocado pela passagem do ar através das vias respiratórias que, por diversas razões, apresentam uma obstrução anormal ao fluxo de ar.

O ressonar ocorre durante o sono pois é nessa altura que existe um relaxamento dos músculos que mantêm as vias respiratórias superiores abertas. Se as vias aéreas apresentarem já de si um calibre reduzido, por exemplo devido a um desvio do septo nasal, hipertrofia dos cornetos, aumento da língua, úvula, amígdalas ou adenóides, neoplasias das vias aéreas, ou desenvolvimento anômalo da face, nomeadamente do maxilar superior e da mandíbula, vai existir um aumento na resistência à passagem do ar, causando vibração das paredes. Por outras palavras, um indivíduo ressona porque existe vibração dos tecidos moles aquando da passagem do ar por uma zona estreita. Quanto maior for a obstrução, maior é a vibração e o consequente ronco.

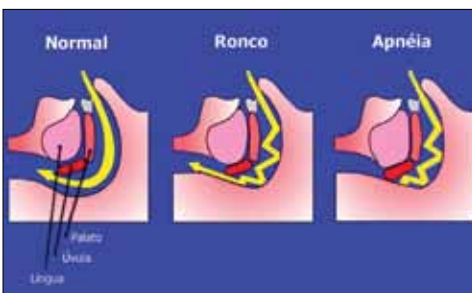
O ressonar agrava-se com a idade, obesidade, tabagismo, consumo de álcool ou determinados medicamentos, especialmente os que induzem o sono.

O ressonar não constitui apenas um incômodo do ponto de vista conjugal, familiar e social, mas em 5% dos casos pode também ser a fase inicial da síndrome de apneia obstrutiva do sono (SAOS). A SAOS é uma perturbação de agravamento progressivo caracterizada por um ressonar intenso, incomodativo e com paragens respiratórias com duração superior a 10 segundos que se repetem durante a noite, mais de cinco vezes por hora. Inicialmente, os mecanismos fisiológicos de defesa do organismo detetam a falta de oxigenação e atuam a nível cerebral após estas paragens respiratórias, promovendo um despertar momentâneo, o qual repõe o tônus muscular das vias aéreas e restaura transitoriamente a corrente aérea. Desta forma, a apneia é interrompida por um breve e benéfico despertar inspiratório, tão breve que normalmente é imperceptível para o roncoador. Em seguida a respiração normaliza-se até que o sono se volte a aprofundar e a obstrução reapareça. Este ciclo pode repetir-se centenas de vezes durante uma noite. É a quantidade de segundos por hora sem ventilação e o somatório destas paragens que ditam a gravidade desta situação.

Esta fragmentação do sono durante a noite, leva a uma alteração da sua qualidade, com consequente cansaço físico. O cansaço pode ter como consequência a sonolência durante o dia (com facilidade em adormecer em circunstâncias impróprias tais como a ver televisão, a trabalhar, a conversar e a conduzir), bem como



a dificuldade de concentração, irritabilidade, mau-humor, ansiedade ou depressão, dores de cabeça, perda de interesse sexual e, por vezes, dificuldades na ereção. A mortalidade está associada, sobretudo, a doenças cardiovasculares, pois cada vez que a respiração para, o nível de oxigénio no sangue baixa e o coração tem de trabalhar mais intensamente, levando a um aumento da tensão arterial e, por vezes, a acidentes



vasculares cerebrais, enfartes cardíacos ou arritmias durante o sono.

Em caso de roncopatia intensa ou suspeita de SAOS, o doente deve ser encaminhado para uma consulta especializada, onde, se o diagnóstico for confirmado, é planeado o tratamento. Mesmo sem queixas, quem ressona precisa de ajuda médica. Ressonar não é normal!

A investigação médica desta patologia pode seguir diferentes protocolos, contudo é absolutamente indispensável:

1) Uma consulta por um médico Otorrinolaringologista ou Pneumologista que pedirá colaboração a outras especialidades - Endocrinologia, Cirurgia Maxilofacial, Medicina Interna, Alergologia, entre outras. Já existem centros hospitalares com consulta multidisciplinar de Patologia do Sono. É importante que na primeira consulta o doente vá acompanhado do seu/sua parceiro(a), já que as principais manifestações ocorrem durante o sono, sem que o doente se aperceba delas;

Polissonografia

Exame feito durante o sono, em clínica especializada, no qual o paciente está ligado a vários monitores, permitindo registar-se simultaneamente, ao longo de uma noite inteira, uma série de funções tais como o electroencefalograma, o electromiograma da musculatura facial, o electrocardiograma, os movimentos respiratórios do nariz e boca, movimentos respiratórios torácicos e abdominais, nível de saturação sanguínea de oxigénio, a tensão arterial e outros parâmetros que se julguem necessários.

2) Realização de uma Polissonografia para estudo do sono;

3) Realização de uma cefalometria (rx), tomografia computadorizada (TC) e de uma nasofaringolaringoscopia, para uma visualização indireta e direta das vias aéreas superiores.

Entre os vários métodos utilizados no tratamento da roncopatia e da apneia do sono, as medidas comportamentais são consideradas de primeira linha e consistem na perda de peso, abstenção do álcool (pelo menos quatro horas antes de ir para a cama), bem como dos medicamentos para dormir, pois a grande maioria agrava a apneia do sono. Tentar dormir de lado, uma vez que muitos indivíduos sofrem de apneia apenas quando estão deitados de costas (determinados truques simples podem ser úteis tais como a bola de ténis presa nas costas do pijama, que obrigará a uma posição lateral durante o sono), ou com a cabeceira levantada cerca de 20cm.

O CPAP (*continuous positive air pressure*) é atualmente a terapêutica mais eficaz. Consiste na aplicação de uma máscara no nariz durante a noite. Este aparelho exerce uma pressão de ar contínua forçando o ar a passar através das vias respiratórias, não deixando que a apneia ocorra e permitindo que o indivíduo respire normalmente sem que o sono seja perturbado.

Existem dispositivos intraorais que poderão ajudar nalguns casos, permitindo uma melhor abertura das vias aéreas superiores com projeção anterior da mandíbula, língua e palato mole. Estes aparelhos são individuais e confeccionados por dentistas com conhecimento na área.

Os tratamentos cirúrgicos poderão corrigir alterações físicas que prejudiquem a respiração durante a noite. Estes incluem a rinoplastia, amigdalectomia, adenoidectomia, uvulopalatofaringoplastia, mentoplastia e o avanço maxilomandibular.

Ana Cristina Pratas
1 TEN MIN

A reter: apesar de muito frequente, ressonar não é normal. Além de sonolência diurna que leva a acidentes rodoviários e mau rendimento no trabalho, é também a causa de muitos divórcios pelo mau estar que se cria entre o casal, motivado pela irritabilidade e mau humor do doente, bem como pela saturação do cônjuge das noites mal dormidas. Se não tratada pode ser mortal pelas alterações cardiovasculares que provoca. É uma doença que afeta homens e mulheres. Agrava com a idade, aumento de peso, consumo de álcool, tabaco e "medicamentos para dormir".

O Velho de Sta. Clara

(...) Sentia-me muito indefeso e muito só. E sem vontade, agora de chamar por ninguém porque (sabia-o) há travessias que só se podem efectuar sozinho, sem ajudas, ainda que correndo riscos de ir a pique numa dessas madrugadas de insónia que nos tornam Pedro e Inês em cripta de Alcobça, jacentes de pedra até ao fim do mundo (...)

In Memória de Elefante de António Lobo Antunes, 1979

Via notícia. Estava na página da intranet da Marinha. Tudo certinho, com o referido despacho...tudo certinho...Fiquei parado, ali, por momentos, no espaço e no tempo. Não parecia real...Dizia a notícia que o Hospital da Marinha estava à venda...

Não parecia real. O Velho Lobo do Mar, o *Velho de Sta. Clara* na minha cabeça e (estou certo), na cabeça de muitos, pareceria – depois de tantos serviços prestados à nação – destinado ao Serviço Público. Admitia-se que fosse usado no domínio público, como hospital de cuidados paliativos, por qualquer instituição, que passasse a museu, enfim que permanecesse nosso – portugueses...

Afinal o *Velho de Sta. Clara* é um dos mais antigos hospitais de Portugal, que até há alguns meses se mantinha ainda em (moderno) funcionamento. Foi criado, como Hospital Real da Marinha, pelo Alvará com força de Lei do Príncipe Regente D. João de 27 de setembro de 1797, sendo secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho. O hospital foi construído no local

do antigo Colégio de S. Francisco Xavier (também conhecido como Hospício dos Jesuítas ao Paraíso), prolongando-se as obras até 1806 (data em que foi inaugurado). O seu edifício, na altura bastante moderno, foi projetado pelo arquiteto Francisco Xavier Fabri¹.

Senti-me perdido, da mesma forma que o excerto acima descreve, jacente dentro de mim próprio, esquecido de sentimentos. Esta sensação foi ainda mais agravada, por-



que, aparentemente, na referida legislação se colocam também à venda outras estruturas hospitalares, de outros ramos, algumas também antigas, mas outras muito mais recentes...sem demonstrar a devida reverência pela antiguidade secular do nosso velhinho. Este parece tratado como uma vulgar propriedade, uma parcela de terreno, anónima...

Ora eu já ao longo de muitos escritos revelei que as pedras têm alma. A alma dos muitos seres humanos que por lá passaram. Muitas vezes, por lá senti as vozes de doentes de outros tempos, tratados por Físicos antigos, de barba e bigode. Lembro as suas dores e os seus padecimentos. Os seus anseios,

medos e esperanças...em tudo semelhantes aos nossos, só que de outro tempo.

Esse tempo fará sempre parte da memória coletiva do país que somos e particularmente deve fazer parte da memória dos marinheiros da Armada de todas as idades e de todos os tempos...

Se quiser acreditar, o ousado leitor, pareceu-me que uma parte da alma de Portugal, da nossa alma estava posta à venda. Lembrei-me que noutros países, com histórias mais recentes, casas com cerca de uns meros 100 anos, são consideradas monumentos nacionais e referências culturais. Fiquei “jacente na pedra”, quando me surgiu que um povo sem memória, perdeu a parte mais importante do seu todo...perdeu a sua identidade...

Acredito ainda, algumas horas depois da notícia, que apesar de todas as “Wall Street” do mundo, apesar dos mercados bolsistas, apesar da crise, parece estranho fazer “time sharing” com a história...Afigura-se-me que se há súbita necessidade de dinheiro, haveriam em Lisboa outras propriedades, admite-se com menos carisma do que o *Velho de Sta. Clara*, alienado assim de forma tão pouco honrada...

Certamente hoje vou sonhar com o *Velho de Sta. Clara*. Nesse sonho espero encontrar-me um dia junto à Feira da Ladra, com um dos meus filhos e dizer. Trabalhei aqui. Era o Hospital da Marinha, tem muita história. Serve agora o País de outra forma...



Doc

Nota

¹ Informação baseada em muitos trabalhos do Almirante MN Rui Abreu, que dedicou parte da sua vida à história do Velho do Restelo.

ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS

No passado dia 21 de maio, na sala da Sede da Associação de Fuzileiros (AFZ), na cidade do Barreiro, realizou-se a cerimónia de inauguração da figura de “O Fuzileiro” em alto-relevo, da autoria do escultor Tolentino de Lagos e a entrega de diplomas de sócio honorário e de mérito.

Entre os numerosos convidados destacavam-se o CEMA, ALM Saldanha Lopes, o CN, VALM Montenegro, e os Presidentes da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia do Barreiro, Senhores Carlos de Carvalho e Raul Malacão, respetivamente.

A obra de arte foi descerrada pelo Almirante CEMA acompanhado pelo Presidente da Direção da AFZ, CMG Lhano Preto, após o que foi feita a entrega solene dos diplomas.



Discursaram depois aquelas duas individualidades. O Presidente da Direção agradeceu a presença dos convidados, especialmente a do ALM CEMA, e reiterou o principal objetivo da Associação o apoio, de várias naturezas, aos sócios e em particular a todos quantos trabalham ou trabalharam em benefício da nossa Marinha. Por sua vez, o ALM CEMA salientou que desde os tempos de Guerra de África, embarcado em águas de Moçambique, muito apreciou à meritória ação dos Fuzileiros em operações e a eles ficou ligado.

Seguiu-se um jantar volante que foi acompanhado por música ao vivo e a declamação de poemas pela sua autora, a Dr.ª Laurinda Madeira.



Rohde & Schwarz - na vanguarda da tecnologia

Temos as melhores soluções para si.

A Rohde & Schwarz é um fabricante independente e um dos maiores fornecedores de equipamentos e sistemas electrónicos da Europa. Desenvolvemos, produzimos e comercializamos instrumentos e sistemas nas áreas de teste e medida, radiocomunicações, broadcasting, radiomonitorização e radiolocalização, segurança IT.

A chave do nosso sucesso é o desenvolvimento de sistemas de comunicação e medida em parceria com os nossos clientes. Esforçamo-nos para entender ao pormenor as necessidades dos nossos clientes, e depois desenhar soluções rentáveis. Como empresa independente, mantemos um contacto próximo com os nossos clientes através de uma rede de mais de 70 representações mundiais.

O nome Rohde & Schwarz é sinónimo de inovação, precisão, fiabilidade e qualidade. Esta é a nossa fórmula para atingirmos a satisfação do cliente e para sermos os melhores na nossa área de negócios.

www.rohde-schwarz.pt

NOTÍCIAS PESSOAIS

REFORMA

● CMG FZ José António de Oliveira Rocha e Abreu ● CFR OT José Eduardo Delgado ● SAJ FZ Francisco João Xarefe Caldeira ● 1SAR M Carlos Vilela Florentim ● CAB A Manuel Francisco Sobral ● CAB L João Pedro Alonso Rosa Salgueiro ● CAB CM Jorge Manuel Rebelo de Oliveira ● CAB L Hélder António Gaudino Semião.

FALECIDOS

● SMOR T REF Serafim de Azevedo Cabral Pereira ● SAJ CM REF Joaquim Alexandre Galvão ● SAJ CM REF Adelino Marques Ferreira ● SAJ E REF Nuno de Santa Maria Fernandes Martins ● 1SAR CM REF António Resende de Oliveira Fernandes ● CAB TFD REF José Bernardo Júnior ● CAB E REF Adelino Grácio Jorge Pinheiro ● 2MAR DFA REF Fernando Manuel da Costa Mendes Cravo.

CONVÍVIOS

MARINHEIROS DE MEDA



● Realizou-se em 1 de junho o XII Convívio de Marinheiros de Meda tendo participado cerca de 75 pessoas, incluindo os seus familiares. Constou do programa uma visita ao Castelo de Marialva, antecedido de pequeno-almoço, ali servido, e visita à parte antiga daquela Vila. Após a deposição de uma coroa de flores e um minuto de silêncio junto ao Monumento dos Ex-Combatentes, à entrada da cidade de Meda, seguiu-se a receção no Salão Nobre da Câmara Municipal, onde foram recebidos por dois Vereadores com os habituais discursos de boas vindas.

Posteriormente efetuou-se um almoço-convívio no Restaurante das Piscinas Municipais com a presença do Vereador da Cultura. O convívio terminou ao fim da tarde após um lanche no Parque de Campismo sempre acompanhado com música folclórica e o desejo de que para o próximo ano um novo convívio se venha a realizar.

ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO



● Mais uma vez a Associação de Marinheiros de Trás-os-Montes e Alto Douro realizou o seu encontro anual. Este ano o encontro teve lugar em Vila Real. Estiveram presentes pela primeira vez cerca de vinte marinheiros o que diz bem da importância que os antigos militares da Armada dão a estas ações. Nelas é possível conviver e relembrar velhos tempos, de um modo especial os que tiveram de cumprir o serviço militar no antigo Ultramar.

O encontro decorreu com muita animação e as conversas prolongaram-se pela tarde fora, o que muito contribuiu para reforçar os laços de amizade entre todos os associados e suas famílias.

OFICIAIS DO CURSO “D. JOÃO DE CASTRO” CELEBRAM 70 ANOS NA ARMADA



Da esquerda para a direita: CMG's Guedes Soares, Miranda Gomes, Estácio dos Reis e Juvenal de Carvalho; Comandante da EN, CALM Bastos Ribeiro, VALM Carmo Fernandes, CALM Nunes da Silva, VALM Adriano de Carvalho e CMG Paulo Corujo.

FUZOS ASSOCIAÇÃO DE FUZILEIROS



● Realizou-se no passado dia 15 de junho, no Areinho, Vila Nova de Gaia, a tradicional sardinhada dos Fuzos-Associação de Fuzileiros que contou com cerca de uma centena de associados e familiares, assim como a presença do Vereador da Câmara Municipal de Gaia, Rui Cardoso, antigo oficial da Reserva Naval, assim como representantes da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro e Polícia de Segurança Pública de Vila Nova de Gaia.

A sardinhada teve a presença do Grupo Cantares da Triana, Areosa, que animou o convívio.

100 ANOS SUBMARINOS EM PORTUGAL

2ª ESQUADRILHA

1934-1954

O projeto de substituição dos submersíveis da 1ª Esquadilha começou por prever a aquisição de outros também de origem italiana. Contudo, devido à desvalorização da moeda italiana, os construtores rescindiram os contratos, pelo que optou-se por adquiri-los em Inglaterra. O contrato foi estabelecido com o estaleiro *Vickers* de Barrow-in-Furness, tendo sido assinado em Lisboa a 9 de março de 1933. Para batizar os novos navios optou-se pelos nomes *Delfim*, *Espadarte* e *Golfinho*. Uma inovação importante nestes navios era o facto de serem dotados com um moderno sistema *Davies*, destinado ao salvamento dos seus tripulantes, em caso de acidente em imersão.

A cerimónia de lançamento à água ocorreu no dia 1 de Maio de 1934, para o *Delfim*, e a 30 do mesmo mês, para o *Golfinho* e o *Espadarte*. A entrega formal à Marinha portuguesa realizou-se a 1 de dezembro, para o *Delfim*, em 9 de janeiro de 1935, para o *Espadarte*, e em 20 de fevereiro, para o *Golfinho*.

As características principais eram as seguintes:

Deslocamento à superfície	854 toneladas
Deslocamento em imersão	1.105 "
Comprimento máximo	69,30 metros
Boca	6,55 "
Cota máxima operacional	100 "
Velocidade máxima à superfície	16,5 nós
em imersão	9,25 "
de cruzeiro	10 "
Autonomia à velocidade de cruzeiro	10.750 milhas

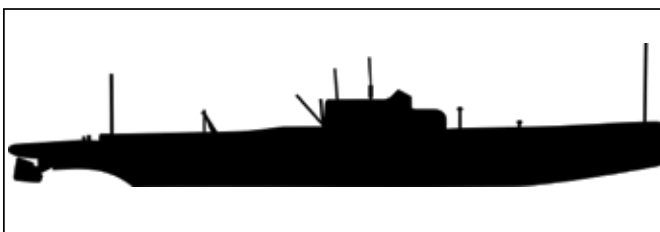
Estavam armados com 1 peça *Vickers-Armstrong* de 101,6 mm e 6 tubos lança-torpedos de 533 mm, sendo 4 a vante e 2 a ré. Cada uma das guarnições era constituída por 39 elementos.

A chegada a Lisboa dos navios ocorreu nas seguintes datas: *Delfim*, a 18 de janeiro de 1935; *Espadarte*, em 6 de março e finalmente o *Golfinho*, a 25 de abril. O primeiro e último destes navios fizeram a viagem inaugural isolados, enquanto o segundo veio na companhia do aviso *Afonso de Albuquerque*, entregue a Portugal na mesma data.

Com o fim da 1ª Esquadilha e a vinda de navios de dimensões bastante maiores, a Estação de Submersíveis de Belém revelou-se exígua, com a agravante de ser impossível o seu alargamento, pelo facto dos terrenos adjacentes serem pertença da Companhia de Caminhos-de-Ferro. Desta forma, tornava-se urgente encontrar outro local para estabelecer as instalações para os novos navios. Na zona do Alfeite, além do Arsenal, já estavam instaladas várias unidades de Marinha, tendo sido na extremidade Oeste desta Estação Naval que se construíram os edifícios da nova Esquadilha de Submersíveis. A transferência de Belém para o Alfeite iria efetuar-se a 5 de abril de 1940.

Chegados a Portugal, os submersíveis da 2ª Esquadilha iniciaram logo um intenso programa de treinos. Navios com capacidades muito superiores aos da anterior esquadilha, já que podiam desempenhar missões muito mais exigentes, em termos táticos e de permanência no mar. Logo no Verão de 1935, os três navios

participaram em exercícios que os levaram a estar 30 dias consecutivos fora da base de Lisboa, tendo praticado os portos de Porto Santo, Funchal, Vila do Porto, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Horta. Nada que se compare com as patrulhas de 3 dias que os navios da 1ª Esquadilha efetuavam, navegando sempre a uma distância curta da barra do porto de Lisboa. O treino nestes exercícios, e em diversos outros levados a cabo durante os primeiros anos da 2ª Esquadilha, servia essencialmente para adestrar as guarnições dos navios de superfície na luta anti-submarina e as dos submersíveis no desempenho de missões que lhes podiam ser atribuídas em caso de conflagração.



No Verão de 1938, realizaram-se exercícios aeronavais de grande envergadura, certamente com intuito de treinar intensamente as nossas forças para o conflito que se adivinhava próximo, não se sabendo qual seria a posição de Portugal após a deflagração do

mesmo. Neste exercício merece realce o papel dos submersíveis (dos quais apenas não participou o *Golfinho* devido a um incêndio ocorrido a bordo a 16 de Junho desse ano) que através da simulação de ataques a navios de superfície isolados ou em formaturas, permitiram um treino intenso de luta anti-submarina.

De salientar durante os meses de fevereiro e março de 1939 o *Golfinho* esteve ausente da sua base durante 51 dias consecutivos, tendo escalado Funchal, S. Vicente de Cabo Verde e portos da Guiné, em cujas águas permaneceu 15 dias. Foi a primeira e única missão ao Ultramar desempenhada por um submersível.

Após ter deflagrado a II Guerra Mundial os navios de superfície, que realizavam treinos com os submersíveis, foram praticamente todos destacados do Continente. Os submersíveis tiveram que limitar o treino a ações de adestramento das suas guarnições. Estes exercícios passaram a restringir-se essencialmente na área entre os portos de Lisboa e Setúbal.

Terminada a Guerra, foi possível, a partir de agosto de 1945, retomar os exercícios em moldes semelhantes aos realizados antes do deflagrar do conflito, isto é, exercícios envolvendo diversos navios de superfície e submersíveis, visitando portos do Continente e dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, sendo por isso exercícios com uma duração prolongada.

Em 1950 foi decidido abater estes navios, uma vez que já estava assegurada a sua substituição. Assim, por portaria de 14 de novembro, o Ministro da Marinha, o então Capitão-de-mar-e-guerra Américo Thomaz, determinou o desarmamento dos três submersíveis que constituíam a 2ª Esquadilha e que contava então com quinze anos de idade. A cerimónia de desarmamento realizou-se a 7 de dezembro desse ano de 1950, sendo presidida pelo comandante da Força Naval da Metrópole, Comodoro Manuel Armando Ferraz. As bandeiras dos submersíveis da 2ª Esquadilha foram arriadas pelos mesmos marinheiros que anteriormente tinham içado as bandeiras das novas unidades que constituiriam a 3ª Esquadilha.

Colaboração da ESQUADRILHA DE SUBMARINOS

100 ANOS SUBMARINOS EM PORTUGAL

2ª ESQUADRILHA

1934-1954

